

# O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO

Leonardo Trevisan



RIDENDO CASTIGAT MORES

O pensamento militar brasileiro

Leonardo Trevisan

Digitalização

Nélson Jahr Garcia

jahr@jahr.org

Edição

Ridendo Castigat Mores

(in memoriam)

Versão para eBook

eBooksBrasil.com

Fonte Digital

RocketEdition eBooksBrasil de Janeiro 2.000

Copyright © 2.000, 2.005

Autor: Leonardo Trevisan

Edição eletrônica:

Ed. Ridendo Castigat Mores

([www.jahr.org](http://www.jahr.org))

“Todas as obras são de acesso gratuito. Estudei sempre por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos; tenho a obrigação de retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou.” — Nélson Jahr Garcia  
(1947-2002)

# O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO



**Leonardo Trevisan**

# SUMÁRIO

Apresentação — 6

*Nélson Jahr Garcia*

## **O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO**

É Preciso Entender os Militares? — 8

I — 12

O Ensaio Geral:

A República dos Sonhos Militares Acabou em  
Canudos

II — 31

É Verdade que os Tenentes de 22 são os Generais  
de 64?

III — 52

Sr. Gen. Góes Monteiro: Há um País Disponível  
Para as suas Idéias

IV — 71

1946: Constituinte — 1948: ESG.

Vamos Conhecer a Turma da Segurança Nacional

V — 95

Nacionalista!

Acusação ou Elogio?

VI — 120

Disciplina e Poder

A Revolução de Castello Branco e a Revolução  
Costa e Silva

VII — 145

# Por Que a Unidade é Sempre o Tema dos Discursos Militares

# APRESENTAÇÃO

O Leonardo, autor do texto abaixo, é amigo antigo. Em minha vida de estudante, várias vezes, fui obrigado a ler sobre a História; não gostava, além de não considerar importante, tive professores chatos. O Leo foi o primeiro a me ensinar o valor do conhecimento histórico, nunca mais parei de estudar. Leonardo Trevisan é professor e jornalista. Leciona na PUC/SP desde 1982. Desde 1987 trabalha em “O Estado de São Paulo”. É doutor em Ciência Política pela FFLCH da USP, título obtido em 1993, com pós-doutoramento na Universidade de Londres (set.96/set.98).

*Nélson Jahr Garcia*

# **O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO**

**Leonardo Trevisan**

# **É PRECISO ENTENDER OS MILITARES?**

Falar de militares no Brasil desperta a atenção de todos. Existe algo assim como uma associação do militar com a idéia de força, de poder, de governo. Tudo o que se fala ou que se publica sobre militares provoca, em grande parte das pessoas, a volta da velha idéia de que a força consegue tudo. Ora, se os militares são aqueles que detêm as armas, logo, são eles que possuem a força, o poder, a possibilidade de mudar as coisas, de fazer e desfazer. Daí uma certa atração pelo tema. Ao mesmo tempo, dá também a sensação de medo. Falar de militares logo traz à cabeça das pessoas, ou a idéia de secreto, ou a idéia de perigoso.

Mas será que não se pode conversar sobre os militares de um outro jeito?

Pois este livro tem a intenção de discutir o militar, nem como um Deus todo-poderoso nem como um bicho-papão assustador. A idéia é a de apresentar os militares como homens comuns que têm história, problemas como todo mundo, que se dividem em grupos conforme diferentes idéias que fazem das coisas, que acertam e erram.



É verdade que muito desta mistura de Deus com bicho-papão, que caracteriza a imagem do militar atualmente no Brasil, tem um motivo. Nos últimos 20 anos, os militares estiveram, assim como se diz, na “crista da onda”. Desta forma, foram observados e, logicamente, julgados por toda a sociedade brasileira. Para alguns, são os responsáveis por tudo de bom que aconteceu por aqui nesse tempo todo, por terem produzido a ordem e a segurança — daí, paradoxalmente, a produção da imagem de deuses. Para outros, porém, são os gênios do mal, responsáveis por todas as dificuldades, que nos roubaram, e ainda roubam, a felicidade — daí também provavelmente temos a explicação para a imagem de bicho-papão.

É fato, e o amigo leitor também vai argumentar, que os militares ficaram com essa imagem misturada porque, desde a revolução de 1964, ocuparam totalmente o poder político do País, não permitindo crítica a seus atos. O povo, então, começou a confundir poder político com uso da força. Não é mesmo assim? Pouco a pouco, começou a ficar “natural” militares e governo parecerem a mesma coisa.

Porém também é verdade que essa sensação de militar ser “naturalmente” governo não começou com a revolução de 64. Historicamente, no Brasil, os militares sempre intervieram no

poder político, nos negócios do governo. Portanto 64 não foi a primeira vez. Nem mesmo a Proclamação da República, com o marechal Deodoro à frente e tudo, em 1889, não foi a primeira intervenção.

Precisamos convencer-nos de que esses militares estudam, têm Escolas próprias onde pensam planejam as suas ações de guerra — que é o objetivo de sua profissão —, mas também desenvolvem planos, projetos para o país que, quando postos em práticas, evidentemente, atingem a todos. E pensando em tudo isto, qual deve ser a nossa atitude? “Com os militares não quero nem, conversa!” Ou, “não me interessa o que eles fazem”? Qualquer dessas posturas, com todo o respeito devido à opinião de quem as assume, é imatura, infantil mesmo. Nenhum país que pretendeu ter alguma importância, em qualquer período da História, pôde prescindir de um Exército.

O que todo mundo precisa saber é que desses quartéis não saem apenas fuzis, canhões etc. Saem também idéias que têm inegável importância na vida de um país. Na história brasileira dos últimos 50 anos, por exemplo, essas idéias influenciaram em muito os rumos que tomaram as coisas. Se pretendemos uma sociedade democrática onde todos, sem exceção, cumpram a lei, precisamos compreender e

discutir as idéias dos militares principalmente se conhecermos os objetivos que porventura estiverem “embutidos” nelas.

Vamos pôr uma ordem em todas estas questões. E para tanto, leitor, fazemos um convite: nós dissemos que as idéias dos militares foram muito importantes para a História contemporânea do Brasil. Vamos saber por quê.

# I

## O ENSAIO GERAL: A REPÚBLICA DOS SONHOS MILITARES ACABOU EM CANUDOS

Quando começa a história dessas tais idéias dos militares? Quais as suas origens? São idéias autenticamente brasileiras? De fato as respostas a estas perguntas são bem complicadas. O pensamento militar é fruto da evolução do pensamento militar ocidental. Vamos a ele, em rápidas pinceladas.

Por estranha ironia, o pensamento militar ocidental nasceu no Oriente, mais precisamente na China. Segundo Fernando Scheineder em *História das Doutrinas Militares*, foi com Sun-Tsé em *Regras da Arte Militar* do século VI A.C. que a guerra ganhou seu primeiro pensador. Filósofo e guerreiro, Sun-Tsé estudou a guerra em seus aspectos mais gerais, situando-a já como um dos ramos da arte governamental. Definiu o princípio da economia das forças morais e dos talentos dos chefes, precisando noções, que erradamente se consideravam aquisições da ciência militar moderna. Ainda segundo Scheineder, a Idade Média é um retrocesso frente à Antigüidade

quanto à arte da guerra (“as forças armadas refletem então o mundo feudal, a ação encontra-se em torno do cavaleiro armado que faz desaparecer a guerra coletiva”). E é só com o Renascimento que se volta a pensá-la.

Porém, pouca novidade tivemos para a evolução do pensamento militar. E só com os feitos napoleônicos no começo do século XIX, quando através de ações bélicas a França afirmasse como Estado conquistador, que a guerra, como estudo, volta a interessar. Esse interesse por estudar a guerra aparece essencialmente na Prússia, humilhada, ofendida pelas conquistas napoleônicas, que começa a despertar para uma inacreditável consciência nacional. O pensamento militar prussiano, estimulado pelo desejo de vingança próxima, revê antigas doutrinas estratégicas. É com Clausewitz — um oficial prussiano, em sua obra *Da Guerra*, de 1832 — que se alcança um novo sentido (“a guerra é a ultima ratio dos Estados, de algum modo prolongamento da política”). A política fixa os objetivos e é a guerra quem fornece os meios para sua realização. “Em contrapartida, o chefe militar poderá exigir do país condições econômicas e instituições que garantam o sucesso das operações.”

Como se vê, por volta do início do século XIX, com Clausewitz, retoma-se o caráter político da

condução da guerra, não passando esta de um meio à disposição do Estado para a realização de seus objetivos políticos. Daí é um passo para chegarmos a Moltke, chefe do Estado-Maior da Prússia (1860), para quem “em qualquer guerra o melhor é acabar com ela depressa; para atingir este objetivo todos os meios são bons, sem excluir os mais condenáveis”. A sorte estava lançada. As nações fixam objetivos e cabe aos generais cumpri-los. O destino bate à porta. Ergue-se a Grande Alemanha do fim do século passado. O século XX aguardaria estranhos presságios para essa nação em armas.

Enquanto isso, no Brasil... Bom, enquanto Clausewitz formula suas teorias, estávamos tentando ficar independentes. Quando Moltke, com rude franqueza, fala das finalidades da guerra, aqui também havia batalhas. Estávamos às voltas com o Paraguai. Será que nossos generais conheciam essas idéias sobre a condição política da guerra? Conheciam os princípios de Moltke? Nós dissemos que íamos buscar os alicerces e fomos a Clausewitz. Nós também dissemos que o pensamento militar brasileiro ligava-se ao ocidental. Mas é evidente que, por exemplo, o nosso bom Osório, pelas suas batalhas no Paraguai, desconhecia e, em verdade, podemos até dizer que nunca lera sequer uma linha de Clausewitz. Assim, perguntará o leitor

com toda razão: “Cadê o vínculo com o tal pensamento militar ocidental?”

## **ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

### **O EXÉRCITO DO IMPÉRIO**

Durante a longa fase colonial, a força armada era um ramo da aristocracia metropolitana. Conquistada a Independência, formou-se um Exército nacional em um razoável regime de urgência, ou seja, com pressa mesmo. Porém, precisava-se do mínimo de competência — para o posto de cadete bastava a origem nobre ou o título universitário, mas para que o cadete passasse a oficial, a partir de 1824, impunha-se o “concurso de capacidade”.

É importante conhecer quem se interessava pela carreira das armas. O filho de quem era rico, dono de muita terra, que queria estudar, era mandado para as faculdades da Europa, principalmente Coimbra. Quem também era rico, mas não tanto, mandava seus filhos para as faculdades de Direito — as Academias de São Paulo ou de Recife. Para os remediados (de fato, os moços pobres) sobrava a carreira das armas. O Exército pagava pouco, atrasava o pagamento e dava pouco prestígio social também.

Mesmo assim, era perigoso, principalmente pelas camadas sociais que atraía. A aristocracia da Corte, donos de terra, começaram a perceber o risco: gente de outra classe com acesso às armas podia não dar bom resultado. A Corte tomou providências.

A primeira foi criar a Guarda Nacional através da lei de 1831, assegurando o direito de cada proprietário ter a quantidade de homens armados que o seu dinheiro permitisse para a defesa de sua terra. Os oficiais da Guarda Nacional — os nossos conhecidíssimos “coronéis” — nada mais eram do que proprietários de terra. Porém a lei que criou a Guarda Nacional especificava que estes oficiais “eram iguais em nobreza aos de tropa de linha”.

A segunda providência foi, por um lado, diminuir ao mínimo possível os efetivos do Exército e, por outro, limitar qualquer ascensão política a seus quadros de oficiais. Raymundo Faoro, em seu livro *Os Donos do Poder*, fornece os dados deste “cortar de asas” dos oficiais. O Senado do Império era vitalício e chegava-se a ele por indicação do imperador. Durante 9 anos de reinado, D. Pedro I elevou 12 militares ao Senado. D. Pedro II, de 1840 a 1850, indicou 4 militares; e, de 1850 a 1860, mais 3 oficiais. De 1860 até o final do Império — 1889 —, quase 30 anos, foram



elevados apenas 3 oficiais! As intenções do império eram bem claras.

O Exército, ao longo de todo o Império, esteve de fato vigiado. Mesmo em campanha, cumprindo a tarefa de pacificação do País, em todas as revoltas regionais — a revolta dos Farrapos, por exemplo, no Rio Grande do Sul — o Exército era mal pago e recebia atrasado. Com a Guerra do Paraguai (1865—70) as coisas complicaram-se. O País precisava mesmo de um Exército, com efetivos, armas, para uma guerra de verdade. Mudanças começaram a acontecer. O relacionamento Império—Exército alterou-se radicalmente com a guerra. Os ministros pretendiam trazer os militares em “cabresto curto” mesmo durante a guerra. Um episódio político mudaria o curso da História: Caxias, comandante do Exército, frente a pedidos de explicações do Gabinete liberal de Zacarias de Góis, quanto à condução da guerra, através de pressão direta ao imperador, provocou a derrubada do Ministério e a nomeação de um Gabinete conservador.

Este fato político, em plena Guerra do Paraguai (1868), marcou o Império. O Exército, de fato, intervira na política e só não foi maior a intervenção dados os limites que a ela impôs o próprio Caxias. O caminho, de certa forma, passou a ser conhecido dos militares (em que

pese outras interpretações do mesmo fato como, por exemplo, a bastante autorizada opinião de Sérgio Buarque de Holanda que vê no episódio Zacarias x Caxias mais uma querela partidária do que outra coisa — é que Caxias era um senador pelo Partido Conservador —, mas que não nega que o temor de algum pronunciamento armado já podia andar no ar embora não fosse especificamente motivado pelo episódio). Porém a própria Guerra do Paraguai já assinalava um outro peso político para o Exército. A vitória só complicaria tudo para o Império.

Um exército quando ganha uma guerra volta triunfante e assim é recebido por seu povo. Não foi o caso quando da Guerra do Paraguai. Houve toda uma preocupação de diminuir a pompa do desfile da vitória, que só ocorreu por absoluta pressão do Conde D'Eu, genro do imperador. Segundo a expressão de Oliveira Lima, em *Ocaso do Império*, D. Pedro II teria chamado os soldados publicamente, durante o desfile, de “assassinos legais”. A desmobilização foi praticamente imediata. O livro de Faoro, a que já nos referimos, dá os dados: de 100 mil durante a guerra, em 1871, reduziu-se a 19 mil, reduzindo mais ainda até o final do Império. Faoro também mostra o declínio da parcela do orçamento que cabia ao Exército durante o II Reinado: em 1850, a parcela era de 40%; em 1872 cai para 34%; para depois de 1877 fixar-se em menos de 20%.

O Exército, que de fato sofrera o diabo na Guerra do Paraguai — sofrimento democrático que não poupava oficiais —, não só não era reconhecido, como teve aumentado, com o fim da guerra, o isolamento imposto pelas elites civis do Império. O homem de armas, que pouco prestígio possuía antes da guerra contra Lopez, agora era visto ainda com mais desconfiança, com menor parte do orçamento e com soldo ainda mais baixo. E, ainda algo mais grave, qualquer opinião emitida por militar era desconsiderada, pelo medo que provocava; confundia-se com opinião de imposição e, por via das dúvidas, não se dava ouvidos mesmo quando emitida pelas vias competentes: os partidos políticos da época.

A reação a esta visão tinha dois lados. Primeiro, provocava uma raiva escondida dos militares contra o Império; segundo, despertava entre os homens de farda um espírito de união, produto da imagem de que só eles, os militares, eram puros, incorruptíveis, porque, mesmo passando por todas estas privações e sacrifícios, mantinham o amor à Pátria. O patriotismo passava a ser um privilégio privado do homem de armas. O Império ganhara um inimigo perigoso, obstinado pela salvação da Pátria e com alguma organização para fazer valer suas opiniões.

# **O POSITIVISMO NO PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO**

É neste contexto histórico, quando acontece tudo isso com o Exército, que esse mesmo Exército começa a ser “contaminado” por umas idéias bem diferentes, bem típicas da época. Os oficiais, em um número significativo, começam a se dizer “positivistas”. Que idéias são estas que acabam atraindo oficiais desiludidos? Quais os princípios do Positivismo?

De fato, a expressão Positivismo é um simples rótulo a esconder quem, de verdade, era antes de tudo a oposição à monarquia, segundo a conhecida opinião de Sérgio Buarque de Holanda. A maioria afirmava-se positivista sem muito conhecimento (ou mesmo fé) da teoria. E os oficiais não eram exceções. O Positivismo de Augusto Comte era uma doutrina que pregava, na era do Progresso (não esquecer que a segunda metade do século XIX foi o momento de uma profunda revolução técnica: a eletricidade, por exemplo), a regeneração da Humanidade pela Ciência. Em um país atrasado, sem renovação tecnológica, dominado por bacharéis de pretensão humanismo que gostavam de fazer discursos ociosos, cheios de citações em latim que ninguém entendia, o tal Positivismo caiu como uma luva. O

Positivismo apresentava-se como científico, matemático, filosófico, enfim, uma doutrina séria, em um país que todos sabemos como é... Assim, todos aqueles que de alguma forma se sentiam contrariados pela ordem do Império apressaram-se em abraçar a doutrina.

É verdade que de maneira alguma os positivistas ameaçavam o Império. Para começar, os verdadeiros positivistas, aqueles integrantes do Apostolado, impediam que qualquer novo adepto fosse ser político, professor ou jornalista. Essa proibição visava a impedir o proselitismo da doutrina em larga escala, a qual devia estar restrita a uma elite científica, pois, como as “leis científicas do verdadeiro progresso da humanidade haveriam de cumprir-se de qualquer modo”, estava dispensado o proselitismo aos despreparados. Como se vê, a moda é antiga e fez muitos adeptos no Brasil contemporâneo, em outras doutrinas que nem sequer desconfiam que os positivistas também agiam assim.

Mas, além disso, os positivistas não ofereciam perigo, porque aspiravam essencialmente ao progresso e, para tanto, era preciso que sempre prevalecesse a ordem. Preferiam apoiar o governo, a ordem, frente a qualquer insurreição. Não que apoiassem o Império. Propunham a resistência passiva, incentivavam a proclamação da Ditadura Republicana, até mesmo com a preservação de D.

Pedro II. Parece absurdo, mas é preciso entender que os positivistas entendiam por essa expressão a república prescrita pela política científica e pela moral. Pouco importava a origem do chefe, podia até mesmo pertencer à Família Imperial, desde que fosse apoiada pela Nação e desenvolvesse os princípios científicos e filosóficos necessários que, por serem corretos cientificamente, deveriam ser impostos à Nação, para o bem dela mesma. Quanto ao Parlamento, previa-se a sua absoluta eliminação política, pois não há espaço para a discussão do cientificamente correto. Qualquer um que anda pela nossa América Latina já ouviu este discurso, não é mesmo? E não foi nos finais do século XIX...

Como bem avisavam os positivistas, principalmente os mais puros, a “sua República” bem pouco tinha de parecido com a República pedida pelos “agitadores de rua” ou por políticos liberais republicanos. Qualquer leitor pode facilmente imaginar como essa pregação positivista “colou” entre oficiais, humilhados pelo isolamento social que o Império lhes impusera, ressentidos com os políticos, bacharéis de profissão, que impediam qualquer expressão social maior do homem de armas. A doutrina positivista simplesmente completou o estado de espírito que toda aquela situação histórica criara para o Exército. O Império perdera seu braço armado. Os fatos históricos envolvendo o Exército

simplesmente foram-se precipitando até o apogeu: a Proclamação da República.

## **A QUESTÃO MILITAR: DEODORO E A REPÚBLICA**

Falamos que os fatos históricos se precipitaram. Essa precipitação começou com a famosa Questão Militar que acentuou o distanciamento entre o Império e as Forças Armadas. Em verdade, não é uma questão militar, são vários “casos”, incidentes criados até mesmo pelo próprio Império. O primeiro deles, em 1879, quando a Comissão de Marinha e Guerra da Câmara dos Deputados eliminou alguns postos de oficiais em várias unidades. Um grupo de oficiais frustrou o projeto debatendo-o publicamente, destacando-se a atuação de Sena Madureira e Saldanha da Gama. Outro incidente ocorreu em 1883, quando um jornal sensacionalista do Rio ataca a honra pessoal de um oficial. O dono do jornal foi morto em pleno dia pelos camaradas do militar. O caso foi abafado.

Os incidentes mais graves ocorreram um ano depois, em 1884. E desta vez, sim, envolvendo diretamente os positivistas, a fina-flor da oposição ao Império no Exército. A Escola Militar, através da ação de Benjamin Constant, um professor da escola, ostensivamente positivista,

deu todo apoio a um general que, frente à tropa, homenageara um líder abolicionista. O incidente foi contornado sem maiores conseqüências. Pouco depois, o coronel Cunha Matos foi atacado por um deputado em um discurso na Câmara. Revidou o ataque pela imprensa, o que era proibido pelo Império. O coronel foi preso, o que acabou por atingir toda a Corporação. A reação só não foi maior porque o exército não tinha um líder que congregasse todas as aspirações dos oficiais. Caxias morto, as Forças Armadas procuraram um novo nome para substituí-lo. A escolha, quase natural, vai recair sobre o Comandante das Armas do Rio Grande do Sul — Deodoro da Fonseca.

Precisamos explicar um pouco o porquê da escolha de Deodoro. Ele simbolizava um tipo bem específico de oficial. Sem origens nobres, filho de um tenente-coronel que, como já vimos, pouco significava no Império. Entrara no Exército pelo “concurso de capacidade”, sem maiores proteções. Deodoro costumava dizer sempre que o seu único protetor fora Solano Lopez... E era verdade. Deodoro era um oficial “tarimbeiro”, o que significa, na gíria do quartel, aquele que dorme de “tarimba”, cama de corrente presa à parede. A expressão quer dizer que o oficial fica no quartel, não um “doutor” que passa de vez em quando à tarde para assinar o ponto.



A crise da Questão Militar, além de projetar o nome de Deodoro como liderança incontestada, aproximou-o de Benjamin Constant, o positivista, o intelectual, o professor da Escola Militar. À “tarimba” juntou-se a Ciência por obra e graça da incompetência do Império em lidar com os homens de farda. A abolição da escravatura fez o resto, servindo como o pretexto necessário para a formal separação dos vínculos entre Império e Exército.

Mas foi em São Paulo que o problema ficou muito grave. Os escravos começaram a fugir, desde 1887, das fazendas de café para o litoral. O Exército foi chamado para prendê-los. O Clube Militar, fundado em 1887, também sob a presidência de Deodoro, em histórica reunião, negou-se a cumprir a ordem, negou-se a ser “capitão-do-mato”. A hierarquia de comando estava posta à prova. O Império mandava mesmo no Exército?

Os fatos sucederam-se rapidamente. A indisciplina era uma realidade. Nas fazendas, os escravos fugiam e a polícia era inapta para prendê-los. O Exército, que teria os meios necessários para fazê-lo, negava-se a cumprir a ordem. O incidente foi criado pelo Exército. A indisciplina criou um fato político — isto precisa ficar bem marcado. Os militares aprenderam o caminho, provocaram e tomaram o gosto pela

intervenção na política. A Proclamação da República pelos militares foi só uma consequência natural

Mas, e os civis republicanos? Os cafeicultores do Oeste Paulista, por exemplo, também “fizeram” a República. Como se relacionavam com os militares? A eficiência ostensiva do poder militar que o episódio da Proclamação demonstrara assustou, sem dúvida, os republicanos. Estes pensaram em limitar todo aquele poder, na forma de sempre — a “cooptação”. Desenvolveram estes civis a idéia do “cidadão de farda”, militar mas obediente, civilista, educado fiel às instituições republicanas. A ingenuidade desse procedimento político o tempo acabou por provar.

Em verdade, os militares só não ocuparam a totalidade do poder político nos primeiros momentos da República, porque, mesmo entre eles, havia um grande desprezo pelo “caudilhismo”, coisa típica das “republicuetas”. Aqui não, país civilizado (?), não havia espaços para “imperadores militares”, figura tão comum para a América Latina do tempo. Mas mesmo assim, informa o livro de Faoro, Deodoro, a 11 de novembro, pensava em uma ação exclusivamente militar, com a dispensa dos civis, cuja participação era pedida por Benjamin Constant, o professor positivista. De fato, o que os positivistas temiam era que uma ação só militar acabasse

implicando uma desagregação territorial, o que serviria como freio às ambições desmedidas.

O que acabou acontecendo, no entanto, foi o modelo tutelador, em que o Exército era visto como o guardião da unidade nacional. Contudo, não se engane o leitor, as coisas já estavam claras em 1887. Nessa data, o general Tibúrcio de Souza explicou bem o que o Exército queria: “Expulsar as pretensões da canalhocracia jurista e instalar a disciplina da ciência e a aristocracia da força”. Descartados os efeitos da oratória positivista, os objetivos pretendidos estavam bem claros.

Contudo conseguir isso não foi tão fácil. O prestígio social do Exército era muito pouco, a carreira das armas não exercia atração, não servia como modelo. Durante o governo de Deodoro já se fazia sentir a força da “canalhocracia jurista”. A Constituinte de 1891 foi absolutamente dominada por um espírito civilista. A derrota da política econômica tentada por Deodoro e a crise violenta do preço do café apressaram as coisas. O governo de Deodoro, mesmo em sua fase constitucional, termina, e começa uma primeira experiência de governo militar de fato — Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”. Vamos acompanhar as conseqüências históricas.

## **O TEMPO DE FLORIANO**

O livro de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, trata do tempo de Floriano. Um trecho do livro merece lembrança: “... os militares estavam contentes; para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo este rebanho de civis”. A frase é bastante feliz, tanto na observação do tempo, como na escolha das palavras (rebanho, por exemplo). A idéia era essa mesmo: autoridade, ordem, sobre um rebanho.

O governo de Floriano Peixoto teve essa pretensão, com todo os desvarios que estes conceitos acabam provocando — uma revolta armada provocou milhares de vítimas, violências e fuzilamentos sumários ocorreram, O Exército treinava o exercício do poder político. Com muitas conseqüências trágicas, com desenvolvimento econômico também. Por exemplo: o porto de Santos, obra sempre adiada por dificuldades técnicas e financeiras, foi reconstruído e modernizado por Floriano. Com toques nacionalistas e populares, tabelou gêneros alimentícios, destruiu cortiços, construiu casas para pobres. Eliminou toda a oposição, de deputados a coronéis e almirantes, de banqueiros e jornalistas, todos presos.

Definia-se Floriano como “sentinela do Tesouro”. Os métodos assustavam. Talvez devesse

ter seguidores imediatos (pois o mandato do “Marechal de Ferro” terminaria em 1894). Mas não teve. As eleições asseguraram a vitória de Prudente de Moraes, um civil, cafeicultor que tomou posse com um imenso fantasma às suas costas: o militarismo “a la floriano”...

## **CANUDOS E A INEFICIÊNCIA DOS MILITARES**

Porém o fantasma acabou por desaparecer. Circunstâncias históricas mataram esse primeiro momento do militarismo como método de governo. E de verdade, tão repentina foi a morte do fantasma que deixou os militares assim meio desprotegidos, perdidos, meio sem rumo. Foi a vez de os civis se aproveitarem. Instituíram a política dos governadores, poder absoluto dos civis. Mas como o milagre aconteceu? Que circunstâncias históricas eliminaram o militarismo como ideologia de poder?

A primeira dessas circunstâncias foi o assassinato do general Carlos Machado de Bittencourt, antiflorianista radical, escolhido por Prudente de Moraes para ser seu ministro da Guerra. Em um atentado que visava ao presidente da República, acerta-se o general. Aqueles fatos “pegaram muito mal”. Os “métodos” do florianismo ficaram muito à vista. O poder civil

do presidente cresceu muito, logo após o atentado. Mas este é só um episódio.

A segunda circunstância histórica que realmente desagregou o militarismo foi a Revolta de Canudos. Esta sim desmistificou todo o militarismo, seja o salvacionismo de Floriano, seja a visão positivista de Benjamin Constant. O Exército chamado a enfrentar um grupo de miseráveis, famintos, deixa todo mundo ver suas fraquezas. Para debelar Canudos (1896/97) o Exército precisou de 4 expedições diferentes. Todos, até mesmo os próprios oficiais, começaram a desconfiar da eficiência desse Exército quando posto à prova.

Expulsos do poder político pelos civis, confirmada a ineficiência de seu próprio preparo profissional, a inutilidade ostensiva de suas doutrinas filosóficas, o Exército entra no século XX desorientado, sem rumo certo. Despreparado até para cumprir suas funções constitucionais. Os seus melhores oficiais, com certeza, se perguntavam: por onde recomeçar?

## **II**

# **É VERDADE QUE OS TENENTES DE 22 SÃO OS GENERAIS DE 64?**

De fato, os civis conseguiram, a partir de 1894, exorcizar o fantasma do militarismo. Como foi possível controlar os apetites militares depois que provaram o poder político (de 1889 a 1894)? Dois aspectos explicam o sucesso d exorcismo: o próprio positivismo e algo assim que hoje chamaríamos de “crise de imagem”.

### **1º ASPECTO: O POSITIVISMO**

A essência da Doutrina era a busca do progresso, Regeneração da Humanidade pela Ciência. Pregava a ordem como método, nunca a insurreição. A forma de luta preferida era a resistência passiva, pois a Ciência como valor maior venceria. As Escolas Militares, principalmente a da Praia Vermelha, a principal escola de formação de cadetes, eram declaradamente positivistas. O atento leitor já percebeu: o Exército possuía uma imensa maioria de “oficiais-filósofos” essencialmente preocupados com problemas matemáticos, físicos. E quanto aos problemas de guerra? Bom..., não ficava bem falar-se em guerra, destruição etc.

O Brasil do final do século XIX e início do XX era um país de bacharéis, de “doutores” em muitas ciências, principalmente as jurídicas. Pretendíamos ser um país civilizado, educado, e isto queria dizer, naquele tempo, falar bem, assuntos cultos, com boa oratória. O assunto guerra não propiciava grande tema para oratória. Assim, os oficiais, que já ganhavam um baixo soldo, não iriam aumentar seu de prestígio social falando de guerra, quando todas as pessoas finas e cultas falavam de literatura, de poesia, de política, de arte. O general Tito Escobar, na primeira década do século XX, escrevia:

*“Raros soldados de escola produziram as escolas militares sobraram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professores de matemáticas, ciências físicas e naturais, bons amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários do exército permanente”.*

O quadro pintado pelo general era lamentável, mas verdadeiro. De fato, logo após a República, em 1890, a reforma Benjamin Constant, do ensino militar, consagra a figura do “soldado político”, a quem estava reservada “a



missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária, que no futuro estaria destinada aos exércitos no continente sul-americano”. Frase muito interessante, não é mesmo? As pretensões da reforma” de Constant foram alcançadas — os oficiais saídos da Escola Militar exibiam o título de “doutor”.

Murilo de Carvalho, um estudioso de História Militar lembra, em artigo na *História Geral da Civilização Brasileira*, que esses oficiais de formação positivista, muito distantes dos problemas da caserna, eram, na verdade, “bacharéis fardados”, competindo com “bacharéis sem farda”. Feliz expressão. Pois foi muito fácil aos “bacharéis fardados”, mesmo depois de terem o poder político nas mãos, devolverem-no aos civis. Esses “bacharéis fardados”, que preferiam ser chamados de “doutor” em lugar de sua patente, em muito pouco questionavam a ordem vigente, não pensavam em golpes ou cercos ao poder, adaptavam-se a ele. Dividiam os cargos com os civis e não os enfrentavam. Mas guerra não se faz com oficiais “doutores”...

## **2º ASPECTO: A CRISE DE IMAGEM**

Vamos explicar por que usamos o termo. O primeiro fato que prejudicou a imagem dos militares frente à opinião pública foi o atentado

contra Prudente de Moraes — o primeiro presidente civil da República —, o qual acabou matando o ministro da Guerra, o general Bittencourt. O fato em si mesmo, um assassinato, escancarava os malefícios de um poder autoritário. Em verdade, não havia desculpas a dar, era um crime de que todos sabiam as origens, mesmo aqueles que “não queriam enxergar”... O segundo aspecto que exorcizou o militarismo logo depois da República, como já vimos, foi a humilhante “vitória” sobre Canudos.

A luta em Canudos revelou um total despreparo profissional do Exército. Implicou uma enorme perda de oficiais em combate; incluindo um coronel comandante, postumamente elevado a general, Moreira César. Foram necessárias 4 expedições, 2 anos de combate (1896/97) com tropas do País inteiro para vencer “civis” que nenhum conhecimento bélico possuíam, A volta dos soldados desmobilizados implicou problemas sociais terríveis para a cidade do Rio de Janeiro, O desempenho em combate, de fato, não fora dos melhores. A opinião pública percebeu; o episódio com todas as suas conseqüências “queimou” ainda mais a imagem dos militares, permitindo uma consolidação do poder civil.

Porém, se Canudos prejudicou a ascensão do militarismo também trouxe preocupação às

parcelas importantes da elite civil, que percebiam as coisas um pouco mais longe. E, se em vez de miseráveis jagunços, o Exército tivesse mesmo de enfrentar um outro exército que conhecesse táticas de guerra, estratégias de combate? Não foi à toa que essa preocupação ocorreu principalmente no Itamarati, com insistentes pedidos do ministro Rio Branco por um reaparelhamento e melhor treinamento das Forças Armadas.

A preocupação com esse despreparo dentro do Exército alcançou principalmente os tarimbeiros. Lembram-se deles? Oficiais que viviam realmente nos quartéis, sem “preocupações positivistas”; estes começaram a ser liderados por um “herdeiro” de Deodoro: Hermes da Fonseca, um tarimbeiro histórico. Escolhido ministro da Guerra entre 1902 e 1906, Hermes promoveu uma primeira grande manobra. Despertou grandes resistências: dos temerosos da volta do militarismo e dos próprios militares acomodados a seus afazeres “doutriniais”. Mas o incentivo à manobra em campo aberto, ao efetivo exercício de guerra, era só um primeiro passo. Mudanças mais profundas viriam a acontecer.

## **A BUSCA DE FORMAÇÃO PARA A GUERRA**

Com o incentivo do ministro Rio Branco, o Exército começa a “mexer” em seu futuro: busca uma outra Escola Militar, tentando uma forma de aprimorar o conhecimento militar, de fato, dos jovens oficiais. Rio Branco era um entusiasta admirador do Exército alemão e enviou jovens cadetes brasileiros para servirem naquele Exército. Nessa época, a Alemanha preparava-se para a Primeira Guerra e toda nação estava envolvida neste esforço de guerra, praticamente obediente ao comando militar. Partiram turmas de oficiais brasileiros em 1906/1908 e 1910.

Foi nesse estágio, na Alemanha, que pela primeira vez oficiais brasileiros leram Clausewitz, conheceram as idéias de Moltke. Mais do que isso, nessas visitas esses oficiais viram essas idéias na prática, lembram-se delas? Formação de uma “inacreditável consciência nacional”, onde a política fixa objetivos e a guerra fornece os meios para sua execução, mas em contrapartida o chefe militar poderá “exigir do país, condições econômicas e instituições que garantam o sucesso das operações”. Em outras palavras, isto quer dizer que a nação fixa objetivos; cabe ao Exército cumpri-los. Mas para isso a nação inteira se mobiliza, obedece ao Exército, ou melhor, militariza-se. Terminam os cidadãos, são todos soldados da causa, perseguindo o objetivo nacional. Já se ouviu essa conversa aqui pelos lados da América Latina, não é mesmo?

Bom, mas voltemos a 1906. Todos os oficiais que partiram nessas missões, nesses estágios, sofreram forte impacto da organização militar alemã. Bertoldo Klinger, Euclides de Oliveira Figueiredo, Góes Monteiro, Leitão de Carvalho e vários outros fazem parte destas turmas. Quando retornaram, esses oficiais possuíam uma nova perspectiva de exército, de sua função e papel, absolutamente diferente de seus pares. Para divulgar esses princípios que aprenderam na Alemanha, à primeira vista exclusivamente militares, esses oficiais fundaram uma revista: *A Defesa Nacional*, que provoca uma grande polêmica.

## **OS "JOVENS TURCOS", A MISSÃO FRANCESA E O CONTROLE INTERNO**

Esses oficiais (adeptos das teorias inovadoras) passaram a ser conhecidos como “jovens turcos”. Era uma referência à renovação nacional que ocorria na Turquia, patrocinada pelo Exército. A revista, seus responsáveis, seus seguidores, enfrentaram grandes pressões do restante do corpo de oficiais. Em tempo, uma informação curiosa: o secretário da revista *A Defesa Nacional* era um jovem tenente: Humberto de Alencar Castello Branco, que, mesmo não

tendo estagiado na Alemanha, era um fervoroso adepto das “idéias renovadoras”.

Mesmo com todos os problemas, com todas as desconfianças dos velhos oficiais, essa nova geração era reconhecidamente bem melhor preparada. A antiga Escola da Praia Vermelha tinha sido fechada em 1904 pela participação de seus alunos em revolta popular. A capital da República teve uma outra Escola Militar, em 1911, desta vez no Realengo. A nova escola precisava de professores. Os ex-estagiários da Alemanha tiveram grande oportunidade como instrutores da Escola do Realengo, podendo formar uma geração de oficiais com nova mentalidade, com outros princípios, com outra perspectiva da função do Exército.

Lentamente a mentalidade positivista do militar começou a transformar-se. Não desapareceu de todo, mas alterou-se. O trabalho dos “instrutores novos” completou-se com a chegada da Missão Francesa, em 1920. Essa missão deixou como principal herança a valorização do Estado-Maior, criando os cursos especiais para a preparação de “Oficiais do Estado-Maior”. O Exército passou a ter uma cúpula hierárquica melhor preparada, que efetivamente planejava e controlava a atividade militar. É dessa época também, 1920, o Regulamento Disciplinar do Exército e o

Regulamento para Instrução e Serviço, demonstrações evidentes de maior controle interno, buscando melhor operacionalidade.

Esses oficiais com uma nova mentalidade — passamos a chamá-los de “jovens turcos” por ser uma expressão mais precisa — não se limitaram ao ensino da Academia Militar. Em 1915, apoiaram ostensivamente a campanha de Olavo Bilac pelo “serviço militar obrigatório”, que significa um efetivo controle pelo próprio Exército sobre o recrutamento de seus quadros. Em 1918, em campanha sustentada pelos “jovens turcos”, o Exército conquistou o término da Guarda Nacional, o que na prática significava o total controle militar interno, desarmando as elites oligárquicas locais. Em 1919, a revista *A Defesa Nacional* reclamava o controle total do processo de seleção. A reclamação justificava-se, pois o recrutamento ficava a cargo de juntas locais que o utilizavam como arma política, em detrimento da eficiência. Com essas medidas, o Exército passou a controlar quantitativa e qualitativamente seus efetivos.

Ao lado dessas mudanças administrativas, o trabalho dos “jovens turcos” e também da Missão Francesa produziu alterações ideológicas. A noção de “Defesa Nacional” alterou-se radicalmente. Abandonou-se o conceito de defesa limitado à proteção de fronteira, incluindo-se a

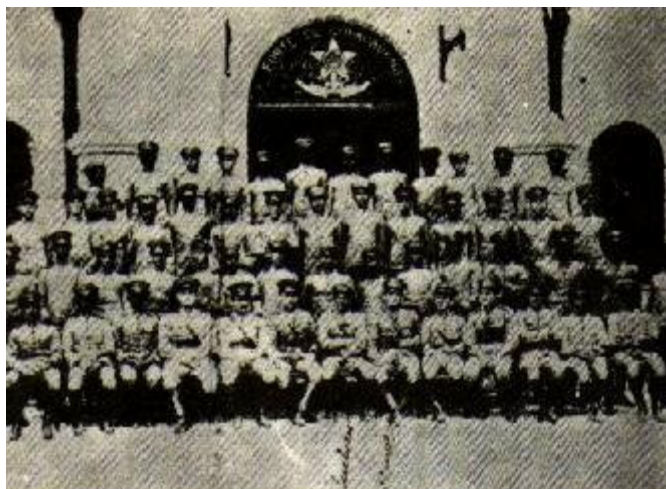
idéia de defesa como mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos. A Defesa Nacional passou a ter novos princípios: todos os aspectos da vida do País importam, desde a preparação militar até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderúrgica. Atenção para estes detalhes que não são tão detalhes assim... Ainda sob a influência dos “jovens turcos”, já em plena explosão das revoltas militares da década, em 1927, criou-se o Conselho de Defesa Nacional para preparar a “mobilização nacional”, o que incluía aspectos econômicos e psicológicos. Mais uma vez atenção! Estas expressões vão fazer parte da nossa história...

## **OS TENENTES**

Agora vamos observar que homens cursavam a Escola Militar nesse período. Encontraremos um a um os famosos “tenentes” que todos os livros de História apresentam como grandes “influenciadores” do processo histórico brasileiro. Todos alunos dos “jovens turcos”. Esses tenentes eram jovens oficiais, às vezes ainda na Escola, que ansiavam e lutavam por mudanças da ordem das coisas. Sua rebeldia, quando ainda no interior dos quartéis, referia-se aos altos oficiais, “bacharelescos”, incapazes e, segundo acusações do tempo, em grande maioria corruptos. Fora dos quartéis revoltaram-se com as conexões que os



generais estabeleciam com os políticos a quem os jovens oficiais responsabilizavam pelo atraso do País. Esses inquietos oficiais representavam algo novo no Exército que atraiu outro tipo de político: as dissidências oligárquicas. Mas isto é outra história. Primeiro, os inquietos tenentes fizeram protestos isolados, internos, e depois passaram a ações armadas.



Não nos esqueçamos: a década de 20 é a década de mudança no mundo todo. A Primeira Guerra deixara uma esteira de pessimismo e desordem que, de um modo ou de outro, traduziu-se em ebulição, efervescência de idéias, de pedidos de mudança. No Brasil não seria diferente. De uma Semana de Arte Moderna, em São Paulo, que escandalizara a todos, até a fundação de um Partido Comunista, a década era de movimento. O Exército, que não existe isolado da sociedade, envolveu-se, a seu modo, na década de contestação. Usaram seus instrumentos de

profissão, manejados pela geração jovem, sempre mais acessível ao novo.

A primeira dessas grandes ações armadas ocorreu em 1922. Foi o conhecido “Episódio dos 18” do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. Pouco mais de uma dezena de oficiais-tenentes, acompanhados por alguns soldados e de um civil, abandonaram as muralhas do Forte de Copacabana, que se havia sublevado, para enfrentar na rua todo o efetivo do Exército legalista — “para morrer em nome dos ideais”.



O episódio só é compreensível em toda a sua dimensão se analisado no “clima” ideológico da época. A data do fato, 5 de julho, impulsiona outras atitudes de enfrentamento militar. Em 1924, para esta mesma data estava marcada grande rebelião em todo o País. Efetivamente ela ocorreu em alguns Estados, porém com grande importância em São Paulo, sob o comando de

Isidoro Dias Lopes. Os rebeldes chegaram a dominar a cidade, pela fuga de tropas legalistas. Com a chegada de tropas de combate mais experientes, os rebeldes de Isidoro retiraram-se ordenadamente.

## **A COLUNA PRESTES**

Mas os ideais continuavam a encantar os jovens oficiais que imaginavam uma forma para manter acesa a chama tenentista: uma coluna que percorreria o Brasil, divulgando os princípios do movimento e pedindo adesões. A indisciplina, ao lado do despreparado Exército legalista permitiria tal aventura — a Coluna Prestes Miguel Costa, de 1925 a 1927, atravessou o País todo, perseguida, tanto por tropas leais ao governo como por jagunços dos donos de terra do Nordeste.



Duas palavras sobre o legendário Luís Carlos Prestes: um oficial já mais maduro, posto de

capitão, extremamente competente em seus estudos matemáticos e algo assim distanciado da política desde a Escola Militar. Prestes era arrimo de família, cinco irmãos, via o Exército como profissão. De uma honestidade pessoal absolutamente reconhecida por seus mais extremados inimigos, a corrupção que observou em postos de comando de fronteira e o próprio clima da época empurraram-no à sedição. O sucesso da Coluna provou sua competência como militar. O restante da história deste personagem acompanharemos depois.

Quanto à Coluna, em 1927, a maioria dos seus integrantes internou-se na Bolívia, fugindo aos legalistas, transformando-se em exilados, à espera da oportunidade de desforra. Mas o que queriam esses oficiais chamados “tenentistas”?

O País estava perdido. Os políticos em discussões inúteis, junto com os altos oficiais que nenhuma confiança mereciam. Em um projeto fechado, caracterizado por uma mística salvacionista, os tenentes pensavam em moralizar o Exército e, com ele, o País. Um desses tenentes, Gwier de Azevedo, afirmava: “A moralização das classes armadas é a base de tudo”. Quanto ao País, à forma de dirigi-lo, Bertoldo Klinger afirmava: “O ponto supremo do País é problema de Estado-Maior”. Os ensinamentos dos “jovens turcos” fazem Escola.

É importante perceber que em momento algum os tenentes revelavam preocupações de popularizar o movimento. Pelo contrário, buscavam controlar informações e decisões. João Alberto, tenente, comandante de destacamento da Coluna, afirma:

*“Não havia necessidade de explicar nada para nossos homens, eles confiavam cegamente em nós e não apresentavam pretensões nacionalistas, Esses jovens oficiais insistiam bastante em vagas proteções à moral nacional (o positivismo não era tão esquecido assim). Quanto ao marxismo, temiam-no tanto quanto às dissidências oligárquicas que, naquela década, se diziam “colegas de revolução”.”*

Esta exclusão do marxismo como alternativa era bastante forte, chegando ao ponto de, quando Prestes se definiu como “marxista”, embora reconhecendo sua capacidade militar e de estrategista, ele perder o comando militar do movimento tenentista. Afastam-se de Prestes todos os antigos companheiros da Coluna: Miguel Costa, Juarez Távora (ministro dos Transportes do 1º Governo da Revolução de 64), Cordeiro de Farias (talvez o principal articulador do movimento de 64), Filinto Muller (chegou a líder da extinta Arena como senador), João Alberto (que morreu na década de 50), Siqueira Campos

(que morreu em desastre de avião nos anos 30), todos comandantes de destacamento durante a Coluna. O medo de uma revolução que provocasse “desordem”, que incitasse em demasia as classes populares, era notório. Vários manifestos dos revolucionários pediam a substituição do sufrágio universal, do voto direto, pelo censo alto e eleição indireta. Às idéias têm origens, não é mesmo?

## **1930: OS DESTINOS DO BRASIL NAS MÃOS DOS GENERAIS**

O conceito de desenvolver o Brasil a qualquer preço esteve sempre presente no tenentismo, imaginando a centralização (e o autoritarismo) como bandeira política, sonhavam com a estabilidade necessária para o desenvolvimento econômico, faltava-lhes, para a tentativa de ocupar o poder, a oportunidade, o fato político que pedisse uma “intervenção”, uma ação “saneadora” do tenentismo. A oportunidade aparece com a sucessão federal de 1930, paralela à violenta crise econômica que incentivou o apetite de poder dos dissidentes das oligarquias. Os tenentes, após o exílio, já estavam amadurecidos para o exercício do governo. Também suas ameaçadoras dissidências internas — Luís Carlos Prestes — já tinham sido abandonadas. Em 1930, a frase de Bertoldo

Klinger define bem o momento: “Chegara a hora de entregar os destinos do Brasil aos generais de terra e mar”.

A economia, com a crise internacional, formou o pano de fundo necessário para os levantes militares. É interessante observar que essa tomada de poder pelos militares não foi um fato isolado restrito ao Brasil. Bóris Fausto conta-nos que os episódios de 1930 expandiram-se por toda a América Latina. Começaram na Argentina em setembro de 1930, no Brasil em outubro, enquanto no Equador, Peru e Bolívia sucederam meses depois revoltas semelhantes. Observe-se que o fenômeno alcançou os mais diferentes países e, em todos, a tônica era a mesma — a ativa participação militar durante o preparo e a realização do golpe. Podemos afirmar que a estrutura sócio-econômica latino-americana desse período esgotara todas as suas possibilidades de renovação com a ordem política até então vigente. Os exércitos intervieram de diferentes maneiras em cada país, mas produziram sensíveis mudanças.

Analisando isoladamente o caso brasileiro, a chefia militar do movimento constituía-se em um grande problema. Os oficiais que conspiravam eram jovens demais, merecendo pouca confiança dos políticos, geralmente das oligarquias dissidentes. Depois de idas e vindas cogitou-se

até mesmo Luís Carlos Prestes que, consultado no exílio, se recusou. A escolha acabou caindo em um coronel descontente com a situação, homem bem preparado, profissionalmente competente e que embora contrário ao governo já havia defendido a “ordem” até mesmo em combate — Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Porém, a visão deste coronel, um “jovem turco”, participante das missões de visita ao Exército alemão, bem pouco se aproximava das perspectivas políticas das dissidências oligárquicas. Góes Monteiro apresentou uma solução eminentemente autoritária, centralizadora, bem ao gosto dos tenentes. Exigiu total controle militar, na plena acepção da palavra, como condição para chefiar o movimento.

Os termos de Góes, para aceitar o comando, eram um “aviso” do novo modo de pensar dos militares, de sua nova visão política e dos políticos. Suas palavras são bastante precisas:

*Aceito sob duas condições: primeira, obediência completa às minhas ordens; se verificarem que não estou satisfazendo às expectativas decidam substituir-me na chefia; mas de outra maneira nunca aceitarei intervenção nos meus atos, nem nas ordens que der; segunda, não conspirarei com os senhores, nem com qualquer entidade política, para não*



*perder minha autoridade de chefe Enquanto merecer confiança será assim. Darei as ordens até sobre a maneira como devem conspirar; na tropa entre os oficiais, os sargentos e os simples praças havendo um oficial de ligação comum para todos, em cuja unidade, ao qual tudo seja comunicado; e fora da tropa nos meios civis, a fim de improvisar a eventual mobilização. Em suma: preparação demorada e organicamente com o mínimo de pontos fracos; execução rápida e fulminante.*

O título deste capítulo é uma pergunta. A resposta fica para o leitor. As idéias tenentistas, o centralismo como proposta e o autoritarismo como método formam uma moldura que cabe para 1964. O discurso de Góes dá uma idéia das ambições, do formidável apetite de poder.

Os militares julgavam-se a parte sã do corpo social doente. Posteriormente a 1930, os civis permanecem no poder político até 1964, mas “sombreados” por um poder de fato: o dos militares. Enquanto o civil fosse competente, cumpridor das metas de um projeto pré-estabelecido, ele governaria quase sem maiores problemas. Senão... Mas, que projeto é esse? Quais seus princípios? Quem o fez?

Talvez uma resposta bastante simplista daria a autoria deste Projeto aos “tenentes”. Quem? Com que idéias? Em verdade, vários foram os militares que desde os anos 20 pegaram papel e tinta e projetaram soluções para o País. O Brasil deveria ser assim, seguir tais linhas para a solução deste problema, tais para outro...

Para começarmos a entender bem este Projeto que foi efetivamente posto em prática a partir de 64, vamos dedicar atenção especial a um dos seus principais autores: o nosso já conhecido Góes Monteiro. A posição política que passou a ocupar, pelo cargo que teve na revolução de 30, lhe permitiu pôr em prática suas idéias, velhas idéias de um “jovem turco”. Escolhemos este oficial por ser mais significativo, mais modelotípico, mais representativo do pensamento da maioria dos oficiais.

Vamos deixar as coisas bem claras. Falamos de um Projeto Militar e personificamos uma de suas autorias em um determinado oficial. Duas razões explicam esta personificação. Primeiro, não é que a maioria dos oficiais pensasse soluções para os problemas do País, bolasse Projetos etc. Alguns militares faziam isso, uma parcela considerável discutia essas idéias e a maioria concordava com as mais expressivas. Quando falamos “pensar soluções” fica implícita a ação política, o apetite pelo poder, em outras

palavras. Segundo, para que as idéias de um determinado militar “colassem”, fossem discutidas por seus pares, era preciso liderança, um certo carisma que provocasse um impacto expressivo após cada discurso, cada manifestação. Góes Monteiro compreendia os dois aspectos.

Os tenentes tinham idéias, conceitos, fórmulas. Tudo muito difuso, desorganizado. A própria estrutura da Coluna é um símbolo dessa visão romântica da ação política. Góes foi um homem que recolheu esses conceitos, organizou-os (embora tenha escrito muito pouco), planejou — possuía um insaciável apetite de poder e, além disso, a habilidade política necessária. Possuía também a ousadia necessária para o exercício do poder: lembram-se do seu discurso em 1930? Suas idéias e sua atuação foram muito importantes em duas décadas da história brasileira, construindo um modelo de intervenção militar na política que teve muitos seguidores. Vamos saber por que as idéias de Góes merecem tanta atenção.

### **III**

## **SR. GEN. GÓES MONTEIRO: HÁ UM PAÍS DISPONÍVEL PARA AS SUAS IDÉIAS**

Talvez o título deste capítulo merecesse um reparo. Ficaria melhor: “srs. militares, há um país disponível para suas idéias”. Porém preferimos a individualização. As razões da personificação de um amplo processo histórico já explicamos ao leitor. Agora, por que é possível uma frase deste tipo? Como Góes montou (foi sozinho mesmo?) o Projeto que os militares impuseram ao País? Para responder a perguntas deste tipo é preciso entender o momento histórico em que essas idéias foram “boladas”. É preciso entender um pouco como estava o mundo e o Brasil por volta da Revolução de 1930.

A década de 1920, logo após o final Guerra (1914-1919), representou uma renovação ideológica para o mundo todo. As artes conheceram uma explosão de mudança, renovação como poucas vezes aconteceu. A política buscou um modo de revitalizar a ordem do Capital que a I Guerra abalara. O liberalismo democrático, modelo de todo o século XIX, com um pacto social baseado em Constituição,

eleições, oposição, debates, revelou-se lento, inadaptado para a reconstrução posterior ao conflito. Principalmente países em que a destruição foi maior, os vencidos na guerra pensavam em outras fórmulas para apressar uma rápida reconstrução. A principal dessas “fórmulas” apresentadas para agilizar a reconstrução foi o fortalecimento do Estado. Um Estado forte, ditatorial, apressaria o desenvolvimento, disciplinaria a sociedade, afastando os descontentes, recuperando o tempo perdido. A aventura fascista dava os seus primeiros passos. A Itália e a Alemanha abrigaram as primeiras experiências totalitárias.

Quanto ao Brasil, segundo algumas opiniões, necessitava, talvez mais que qualquer outro país, de um Estado forte. Durante a década de 20, vários intelectuais, artistas, tentaram primeiro “explicar” o Brasil, para depois formular as soluções. Algumas dessas “explicações” dos nossos problemas partiam da idéia de que o liberalismo pouca utilidade possuía para as exigências de desenvolvimento brasileiro. Portanto, a solução era o Estado forte, todo-poderoso.

## **RECEITA DE FELICIDADE: O ESTADO FORTE**

O primeiro passo seria despertarmos o nacionalismo do povo, incentivá-lo, promovê-lo. A realidade não era tão simples assim, O povo frente à sua secular miséria, do dia-a-dia, pouca atenção prestava ao apelo nacionalista. Essa realidade preocupava os “explicadores”: “Se nem nacionalismo conseguíamos promover, quanto mais todas as outras etapas do desenvolvimento que imaginamos, quando o Estado forte estiver implantado!” Um desses intelectuais, um ideólogo desse Estado todo-poderoso, Alberto Torres, reconhecendo as dificuldades, admite que países como o nosso “carecem de construir artificialmente a nacionalidade”. Atenção leitor, às palavras e ao conteúdo da receita!

O objetivo era bem preciso: o desenvolvimento. O meio para alcançá-lo também: um Estado forte. A forma para se ter à mão esse meio deveria ser conquistada até mesmo “artificialmente”. Sem dúvida, esta receita, esta encantadora maneira para construir o Brasil poderoso chegava até os quartéis. Nestes, o conceito de Defesa Nacional começava a ser debatido em outros princípios. Lembra-se dos “jovens turcos”, da Missão Francesa, de Clausewitz?

As idéias favoráveis ao Estado forte ganharam muitos adeptos. Quanto às soluções liberais, que sempre estiveram presentes nos discursos dos

políticos brasileiros, poucos ouvidos alcançavam nos quartéis. Para os militares, principalmente para as místicas lideranças tenentistas, imbuídos da missão de salvar o Brasil, as questões do liberalismo pareciam fúteis, “coisa de político”. A partir de 1930, o País começou a mudar ao gosto dos seus novos donos, os militares. As mudanças passaram a ser feitas em nome da “nova consciência nacional”. Bom, mas grandes mudanças são difíceis, quase impossíveis, argumentará o leitor. Não faz mal, serão feitas “artificialmente”.

Quanto aos políticos, estes pouco perceberam a nova realidade, mesmo os espertos dissidentes das oligarquias estaduais, que haviam acabado com a Velha República (estamos falando da Revolução de 30). Talvez o único que tivesse uma exata dimensão do papel dos militares fosse o próprio Getúlio Vargas, mas isto é outra conversa. Os políticos que ocuparam o poder depois de 30 continuavam vendo os militares do mesmo modo que os homens da República Velha. Para esses, o militar era o funcionário, o empregado a serviço, alguém que se contratava e que, portanto, era demissível quando se quisesse. Exemplo desta visão encontramos em Osvaldo Aranha que, ao apresentar o coronel Góes Monteiro a Getúlio Vargas, o chefe civil do movimento revolucionário, se referiu ao militar nestes termos: Trago á sua presença o chefe

militar, o técnico. E ele de uma voz confirmará o que lhe tenho dito sobre as nossas possibilidades. Erro básico de avaliação e percepção política.

De verdade o que aconteceu foi um controle militar total sobre o movimento. Góes Monteiro preocupava-se até com a designação do capelão-mor das Forças Revolucionárias: D. Vicente Scherer. A perspectiva das elites oligárquicas de controlar a “explosão revolucionária”, utilizando o militar como instrumento, como “técnico” que realiza um serviço combinado e é dispensado, cai por terra. A interferência do militar frente ao poder político assume outro caráter. As idéias e a própria ação de Góes Monteiro, o chefe do movimento, foram exemplos marcantes da percepção que o pensamento militar adquiriu quanto a seu papel e função na sociedade.

Góes Monteiro escreveu pouco, mas conspirou muito. E exerceu o poder político plenamente, sem deixar espaços. Perseguiu objetivos fixados com uma eficiência reconhecida, principalmente por seus inimigos. Quanto à sua capacidade de comando, dele se dizia que “já era general desde tenente”. Não podemos afirmar que foi o primeiro, nem mesmo se leu Clausewitz, porém, com toda a certeza, foi Góes quem colocou as idéias do prussiano em prática por estas terras brasileiras.



Vamos conhecer um pouco das idéias deste general Góes.

## **GÓES MONTEIRO E A ORGANIZAÇÃO NACIONAL**

Um autor, estudioso das relações Exército e Política, Edmundo Campos Coelho, analisando a figura de Góes, percebe a ausência de lugares-comuns, típicos de militares, apresentando até mesmo uma visão crítica e realista do Exército... E esta é uma característica bem marcante, diferente dos outros militares. Góes afirmava, sem meias-palavras: Não conheço na história dos Exércitos do mundo nenhum que tenha história tão infeliz e melancólica como a do Exército brasileiro. De fato, a maioria dos militares não se expressa com estes termos, chegando mesmo o general a afirmar que o Exército “fora quase sempre uma força pretoriana ou miliciana a serviço de facções políticas civis”. A frase é pronunciada em um contexto de ressentimento, por um oficial eternamente preocupado com o adestramento, com a capacidade operacional e, principalmente, com as “promoções por merecimento”.

É esse ressentimento com os políticos e a política que nos interessa. Em seu livro *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do*

*Exército*, Góes Monteiro assim analisa o conceito “regime político” e suas práticas liberais:

*Esse regime abstrato que nos deve reger até a morte, porque assim convém ao bizantino e inviolável espírito do liberalismo — fonte de todos os males sociais e pátrios, forjado para que a todos se permita a liberdade de se encarniçarem na prática do mal contra o bem, aumentando o babelismo e as complicações do problema da organização nacional.*

Como se observa, a questão básica é a “organização nacional”. A quem compete tratar dela?

Os políticos com os seus modelos já haviam provado sua incapacidade. Caberia ao Exército e à Marinha, únicas instituições verdadeiramente nacionais, a tarefa de organização do País. Góes explica os motivos da “escolha” dessas instituições:

*(...) só à sombra deles é que, segundo nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. O Exército e a Marinha são por conseguinte os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para este fim serem*

*evidentemente tão fortes quanto possível... Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constróem lágrimas(...)*

Atenção: pela primeira vez um militar estende as funções das Forças Armadas além de suas obrigações normais dando-lhes a característica de “forças construtoras”. Mas qual seria o papel do Exército? Como deveriam ser os militares para construir o País? Góes deixa as coisas bem claras quando dá ao Exército esta função:

*(...) um órgão essencialmente político; e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do País (...).*

O leitor já começou a ligar as coisas. Este trecho, citado acima, é do livro de Góes Monteiro: *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Observe-se que o Exército, pela receita do general, “passa a tomar conta” do País todo, de tudo. Algumas páginas adiante deste trecho, Góes é ainda mais claro quanto a como deveria ser o Brasil:

*(...) sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército. A política do Exército é a preparação para a guerra e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza (...).*

Frase interessante, não é mesmo? O País deve fazer a “política do Exército”...

## **A DOUTRINA DE GÓES**

Mas havia um pequeno problema: como convencer o povo desta verdade revelada, ato cristalina? Como obrigar os brasileiros a formar uma “mentalidade que sobreponha a tudo os

interesses da Pátria”. Lembram-se do “artificialmente” de Alberto Torres?

Góes explica em seu livro o sentido desse “artificial”, para a construção de uma mentalidade nacional produtiva:

*(...) e o medo mais racional de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo a obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública, é justamente adotar os princípios de organização militar, contanto que seja isentada do espírito militarista (...).*

A palavrinha apareceu, não é mesmo? — Segurança Nacional. Isto em 1930, bem antes do que muita gente imagina. É fácil perceber que as idéias de Góes em verdade são uma receita, uma fórmula para o desenvolvimento do País, e com ele o fortalecimento do seu Exército. Estes conceitos, de fato, formam uma doutrina, através da qual se equaciona um tipo de intervenção no desenvolvimento social do País.

É verdade também que as condições reais do Brasil acabaram formando o caldo de cultura em que estas idéias do general Góes Monteiro acabaram surgindo. Ainda uma vez, para explicarmos bem este caldo de cultura, vamos dar a palavra ao próprio Góes Monteiro. Já no

primeiro encontro do general com Getúlio Vargas, recém-vitorioso na Revolução de 1930, o oficial deixou bem claro o porquê das novas perspectivas dos militares. Quando Vargas perguntou por que arriscara a carreira de futuro certo (afinal Góes era um dos mais eficientes e promissores oficiais do Exército) envolvendo-se no movimento revolucionário, o militar esclareceu seus porquês. Em livro de memórias, *O General Góes Depõe*, está publicada a resposta a Getúlio:

*(...) respondi então que tudo quanto ele me dizia parecia muito lógico. Mas desde muito moço ainda, mesmo antes de casado, eu fora percebendo a miséria em que vivia o povo brasileiro; que depois de diplomado oficial do Estado-Maior ficara conhecendo o que era a guerra e como no Brasil, país difícilimo para organizar sua defesa militar, as questões de segurança nacional eram relegadas a um segundo plano (...).*

Vamos observar bem o tom de discurso: esta miséria absoluta atrapalha a segurança nacional. Quanto aos motivos desta miséria o general é mais enfático, continuando sua resposta ao presidente:

*(...) que, no curso das últimas revoltas militares eu percorrera grande parte do*

*interior brasileiro e conservava ainda a visão da triste situação em que vivia a população deste País, desamparada, sem assistência e no maior estado de pobreza, sofrendo uma espécie de jugo semifeudal, que estes espetáculos estavam se repetindo tristemente, sem que houvesse esperança de melhores dias, sobretudo devido à crise de caráter político, o partidarismo oligárquico que, em benefício de uma minoria privilegiada, significava todo o resto da nação; que era amante da ordem acima de tudo, que sempre me batera com todo o sacrifício pessoal para manter a ordem constitucional, mesmo em proveito das oligarquias, mas na esperança que estas caíssem de podre, sem necessidade de romper a ordem; que sentia porém naquele instante que esta minha esperança era vã (...). O Sr. Getúlio Vargas nada objetou.*

Alguns pontos deste discurso merecem destaque. Os conceitos de desenvolvimento começaram a confundir-se com os de segurança. A estrutura política iria cair de podre.

É ostensivo, nítido, o desprezo pela figura do “político”. Um salvacionismo paternalista é o tom geral do texto. Esta situação não poderia

continuar: a segurança nacional exigia, chegara a hora de se fazer a “política do Exército”.

Agora, como fazer a maioria dos oficiais do Exército, e mesmo a sociedade civil, aceitar estas idéias, isto que chamaremos de “Doutrina Góes” (depois, as mesmas idéias nas décadas seguintes, 40 e 50, tiveram outro nome). Vamos apresentar primeiro a aceitação interna: como a Doutrina Góes foi adotada pela maioria dos oficiais do Exército brasileiro — para depois cuidarmos da aceitação externa: entender como os conceitos do general foram “enfiados goela abaixo” da Nação.

## **A ADOÇÃO DA DOCTRINA GÓES**

1. A Intentona Comunista de 1935 facilitou muita coisa para a fixação da Doutrina Góes. O susto que pregou na alta hierarquia do Exército foi muito grande. Não que a Intentona tivesse representado um perigo real (do ponto de vista militar era praticamente inexpressiva). O que foi “trabalhado” foi o medo que os oficiais sentiram. As naturais divergências internas que ocorrem em qualquer instituição, durante a década de 1930 estavam muito acentuadas. Muitas eram as ambições. A Intentona Comunista de 1935 propiciou o inimigo comum, a criação daquele espírito de “todo mundo unido contra” que provoca o aparecimento da solidariedade, que consolida de fato o poder de alguém frente ao



todo da instituição. E Góes Monteiro, uma liderança incontestada, com um projeto de intervenção cujos princípios básicos já conhecemos, aproveitou-se como ninguém tanto do medo como da solidariedade. Trabalhou, convenceu os oficiais de que suas idéias eram as únicas que efetivamente neutralizavam a ameaça comunista. Só a “política do Exército”, ocupando todos os espaços, vigiando tudo, da agricultura à indústria, das comunicações à educação principalmente, da produção interna à política internacional, formaria aquela “mentalidade que sobrepuja a todos os interesses da Pátria”, único antídoto realmente eficaz frente ao “proselitismo vermelho”...

Os conceitos da Doutrina Góes desembocam em uma estrutura de desenvolvimento militarizada, na formação de uma sociedade que perseguia “objetivos nacionais”. Outra vez o velho Clausewitz, com palavras que vão pouco a pouco aparecendo. Mas e a questão do convencimento da sociedade? O problema estava colocado: está bem, os militares estão convencidos, mas e o resto? Este imenso “rebanho de civis”, de que nos falava Lima Barreto? Como fazê-los não só entender mas, principalmente, obedecer aos princípios da Doutrina?

2. O Estado Novo cumpriu esta etapa, esta tarefa. De fato, o ano de 1937 foi a época das

soluções totalitárias. Os sucessos nazistas, os avanços fascistas “à italiana” com muita divulgação por aqui — capítulo esquecido da nossa história — e, por que não, Tio Stálin também trazia desenvolvimento. A União Soviética também servia de modelo, assim como outros exemplos que não interessam citar e que encantavam muita gente, principalmente pelo seu método — sem oposição, sem discussões inúteis, Pátria e Desenvolvimento em primeiro lugar. Mais uma vez Góes deu sorte. Seu Projeto partia da idéia de um Estado forte. E muita gente nessa época foi na onda dessa conversa.

Porém, a Doutrina Góes que partia do conceito do Estado forte tinha, de fato, objetivos muito mais amplos: implicavam a determinação nacional de alcançar metas pré-estabelecidas, de absoluto interesse militar. O Estado forte era só um meio. O que de fato a Doutrina pretendia era a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando primeiramente à disciplina do corpo social que provocaria desenvolvimento econômico. A conseqüência natural do desenvolvimento econômico seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional. Esta função privativa, razão de ser do militar, deveria passar a razão de toda a sociedade; motivo de vida de qualquer brasileiro. O Estado Novo é, antes de mais nada, a prática desta Doutrina. A habilidade política de

Vargas foi perceber o rumo das coisas, o lado dos ventos, mantendo a fachada civil de Regime (com todas as vantagens), enquanto praticava a política dos militares. Todos que analisam o Estado Novo sentem a pesada mão militar, o sustentáculo essencial do Regime.

Só um detalhe: por que manter um civil? Um dos trechos que citamos do livro de Góes merece repetição pois é uma pista para a compreensão da fachada civil. Dando a sua receita de como disciplinar o povo, o general afirmava que se deve (...) *adotar os princípios da organização militar, contanto que seja isenta do espírito militarista (...)*. As palavras finais é que nos interessam. Qual seria o significado exato de “espírito militarista”?

Lembram-se dos positivistas, de Benjamin Constant, aquele que insistia na Proclamação da República, com Deodoro para chamar os civis? Melhor dizendo, lembram dos postulados civilistas em que o positivismo tanto insistia? Parece-nos que estes ideais ficaram um pouco na mentalidade do formulador da Doutrina. Apesar de ser um “jovem turco”, adepto do Exército profissionalizado, Góes Monteiro não escapou de todo aos limites do pensamento positivista que vigorava durante os anos de sua formação.

## **A REFORMA DA DOCTRINA**

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a Doutrina Góes foi repensada, modernizada, melhorada a sua linguagem, adaptadas as suas palavras, mas a essência continuou a mesma. A reforma da Doutrina aconteceu nas duas décadas posteriores, no pós-II Guerra, mas o conteúdo ficou, até mesmo todo o seu ranço, as suas origens positivistas. Depois vamos entender melhor isto que chamamos de reforma da Doutrina Góes.

De qualquer modo, assim como os ventos internacionais, o clima da época em 1937 trouxe a receita do Estado forte, o fim da II Guerra (1945) trouxe outras idéias, outros conceitos. Virou todo um mundo democrata, pois afinal de contas a democracia liberal, como sistema, ganhara a luta contra o totalitarismo. Os militares não ficaram de fora dos novos “ventos”. Apressaram-se em derrubar, por estar fora de moda, aquilo que criaram — o Estado Novo. Os novos tempos de democracia, de reconstrução do pós-guerra exigiam uma nova ordem política, uma reformulação dos velhos princípios. Sustentar uma ditadura era inconveniente, palavra bem exata para definir uma atitude política.

Quanto à Doutrina Góes, ela refluiu. Voltou aos quartéis, às suas discussões internas, em círculo fechado. Quanto ao papel da FEB (Força

Expedicionária Brasileira) que combateu na II Guerra, se voltou democrática ou não, se aprendeu democracia com os americanos, este não é o nosso assunto. O julgamento, a análise de atuação da FEB pertencem à História Militar, que é outra conversa. Em termos de idéias, preferimos afirmar que os oficiais brasileiros viram e ouviram muita coisa e se convenceram de muito pouco. Preferiram ficar mesmo com os conceitos que já conheciam daqui.

Uma bibliografia nova sobre o assunto FEB vem conseguindo tratar o tema sem tantos tabus e mitos. Por exemplo, o trabalho do jornalista Waak, *A Outra Face da Glória*, onde se destaca a manutenção pelos brasileiros de seu “próprio modo de pensar e ver as coisas”, inclusive quanto à forma de condução da própria guerra, o que provocava tanta irritação nos instrutores americanos.

Já dissemos que com a II Guerra, nossos oficiais aprenderam muito e se convenceram pouco. É verdade que fizeram amigos. A amizade, para o militar, o conhecimento pessoal, tem um sentido próprio na vida da caserna devido ao perigo da guerra. Mas tem seus limites. Por exemplo, não invade a soberania de decisões. Mais adiante voltaremos com detalhes a este tema. Por enquanto ficamos com a certeza de que os oficiais da FEB, que sofreram um batismo de

fogo real, vão ter um papel bastante relevante para a evolução das idéias militares brasileiras.

**IV**  
**1946: CONSTITUINTE**  
**1948: ESG.**  
**VAMOS CONHECER A TURMA DA**  
**SEGURANÇA NACIONAL E DA**  
**GEOPOLÍTICA**

O leitor deve estar meio preocupado. A Doutrina Góes falou em Segurança Nacional, este era o seu principal tema. De repente apareceu a FEB, que fez amigos no Exército americano. O que uma coisa tem a ver com a outra?

Respondendo a esta pergunta, vamos começar descrevendo um pouco melhor tanto o contexto internacional como o clima político brasileiro em 1945. A II Guerra Mundial marcou a vitória dos países aliados: Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética sobre o Eixo, formado pela Alemanha, Itália fascista e Japão. Estes são os principais protagonistas do triste espetáculo da II Guerra. Porém, quando tudo acabou, de fato só dois eram os vencedores: os Estados Unidos e a União Soviética. O restante, aliado ou inimigo durante a guerra, estava destruído, precisando de ajuda para a reconstrução, com suas populações dizimadas e

os sobreviventes famintos, com a economia destruída. Ora, os verdadeiros vencedores não perderam tempo: desde 1944 (através da Conferência de Yalta) já haviam dividido o mundo entre si: “metade” para os americanos, “metade” para os russos. O mundo conhecia novos “donos”; todos os países, sem exceção, deveriam abrigar-se sob a proteção no bloco de um deles. Falamos em “abrigar-se” porque, evidentemente, soviéticos e americanos começaram a enfrentar-se, um a querer avançar sobre pedaços da “metade” do outro.

Os Estados Unidos aparentemente eram mais poderosos — sua indústria estava intacta, sem nenhum bombardeio direto, e possuía a bomba atômica, testada com triste êxito sobre o Japão. Porém, a União Soviética possuía a mais formidável máquina de guerra convencional, que realmente venceu o militarismo nazista: o Exército Vermelho que, com seus milhões de mortos, mostrara uma eficiência em combate, uma qualidade de armamentos, recursos industriais impressionantes, que não podiam ser desprezados, mesmo por quem possuía a bomba atômica.

O extremo equilíbrio impedia a guerra total, quente, real, entre russos e americanos. Porém, permitia o aparecimento da Guerra Fria, expressão que significa, antes de mais nada, o



constante enfrentamento secreto, disfarçado, entre as potências. Qualquer lugar do mundo servia para palco dessa guerra diferente, travada não só com armas reais, mas com a espionagem, a desestabilização, seja econômica ou política, do adversário, enfim, com uma infiltração de qualquer tipo que causasse prejuízo ao bloco inimigo. Essa Guerra Fria não possui inocentes: russos e americanos usam os mesmos métodos, as mesmas técnicas.

Mas e a imensa maioria dos países do mundo que pouco ou nada tinha a ver para participar das brigas das potências? A maior preocupação, de novo, da maioria dos países era a sua própria miséria, quase sempre absoluta, que nem um pouco era minimizada pelas tais novas potências. O dinheiro delas foi, sob a forma de empréstimo para a reconstrução, aplicado em alguns países, bem escolhidos, que já eram desenvolvidos antes da guerra e onde esses investimentos seriam lucrativos. Quanto ao restante dos países... Bem, ficaram relegados à sua própria sorte, remoendo as suas próprias misérias.

Em verdade, para os países pobres a situação piorou, porque agora havia a Guerra Fria, o perigo do avanço do comunismo para os que acabaram na “metade” americana. Para os países da outra metade, também apareceram perigos que justificavam muita coisa, mas este é um

outro assunto. Interessa-nos os perigos da metade americana, pois estes acabaram por envolver o Brasil. O comunismo passou a ser uma ameaça, uma perigosa possibilidade. Afinal de contas o Brasil “escolhera” a proteção norte-americana, e os “russos” poderiam aparecer mesmo sendo aqui o “País do samba” e nos dominar para, com isso, prejudicar, desestabilizar os “irmãos do Norte”.

## **O ÁLIBI: A AMEAÇA COMUNISTA**

Esta conversa, por mais estranha que pareça, convenceu muita gente. Para os norte-americanos esse papo era muito mais rendoso — escudados pela proteção ao comunismo, eles chegavam, faziam bons negócios, ganhavam muito dinheiro. Para os brasileiros, pelo menos para alguns deles, esse papo de ameaça comunista também dava bons frutos. Para os militares, esse “perigo” caiu do céu. Desde os tenentes, dos conceitos dos “jovens turcos” à própria Doutrina Góes, os militares sempre sonharam em tutelar a Pátria. O problema é que a sociedade, os civis, acabavam sempre perguntando o porquê da tutela. Agora, com a Guerra Fria, com a ameaça do comunismo assustando o mundo livre, seria mais fácil convencer esses incorrigíveis civis do acerto dos princípios militares para governar o País. A política interna brasileira, a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, passa a conviver, devido ao

contexto internacional, com a ameaça do perigo comunista e com a hipótese da proteção dos militares.

Porém, a vitória dos Aliados na guerra significava a vitória da democracia liberal frente ao totalitarismo, isto é, a derrota do conceito de Estado forte como sistema de governo. As eleições de 1945 e, principalmente, a Constituinte de 1946, foram feitas dentro desse espírito, consagrando princípios da democracia liberal como forma de poder. Os militares, em sua imensa maioria aficcionados da Doutrina Góes, tiveram de manter suas idéias dentro dos quartéis. Importante: foram eles, os militares, através de seus comandantes supremos — o próprio Góes Monteiro e o general Dutra — que derrubaram Vargas, como vimos. Um deles, Dutra, é eleito, com voto livre e direto para a Presidência. O leitor já deve ter entendido: — saírem do governo não significa que abandonaram o poder. Digamos que o espírito democrata-liberal do pós-guerra, consagrado na Constituinte, provocou o refluir do poder absoluto ostensivo dos militares; não o seu desaparecimento e sim um refluxo.

Novamente, no interior dos quartéis, voltaram-se para suas lideranças tradicionais; voltaram para a realização dos planos, das muitas conversas em torno da corrupção dos

civis, da fraqueza da democracia liberal, dos excessos de debates do Parlamento.

*Enquanto isso (...) o regionalismo continuava, as crises de caráter político continuavam, a população desamparada, sem assistência, no maior estado de pobreza.*

Lembram-se da resposta de Góes a Vargas?

## **COMO FAZER DE NOVO UM OUTRO ESTADO NOVO?**

Os anos que se seguiram ao final da guerra consagraram cada vez mais os “princípios democratas”. Todo mundo falava em desenvolvimento, mas falava também em democracia, voto direto, Congresso etc. Não houve outra Intentona Comunista, mas quem acreditava mais na conversa do Estado forte perguntava-se como fazer para que a Doutrina Góes continuasse a ser discutida; como fazer para que os princípios essenciais da Doutrina continuassem a ser lembrados, até mesmo reformulados, modernizados; como fazer para adaptar a Doutrina ao contexto do pós-guerra, ao contexto da vitória e hegemonia americanas.

Manter-se reunido em torno de seus chefes, divulgar os conceitos nas aulas das Academias Militares, adestrar o mais possível as Forças

Armadas era um bom começo. Mas não era o suficiente. A Doutrina Góes deveria extrapolar os muros dos quartéis, buscar adeptos fora, reformular-se e, principalmente, deveria buscar divulgação.

Os políticos eram incompetentes demais, a classe produtora era muito medrosa em relação ao comunismo, as massas exigindo melhorias de vida reais tomavam-se perigosas, precisavam ser dirigidas. Não demorou muito para que “eles” novamente voltassem ao centro das atenções. A expectativa dos militares, pelo menos de uma parcela considerável deles, era essa. Era preciso preparo, idéias, planos. Também era preciso, e muito, quadros, material humano treinado em número suficiente para quando chegasse a hora de voltar, absolutos, ao poder. Esse clima de precisar, por um lado, manter a divulgação já velha da Doutrina Góes e, por outro, formar gente que acreditasse naqueles princípios, explica o porquê da fundação da Escola Superior de Guerra, um local, um centro para pensar e discutir e, se preciso, conspirar.

## **COMO FOI ORGANIZADA A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**

Vamos tratar de quem fez a Escola Superior de Guerra, porém, antes de nomes, é importante perceber que todos os militares que fundaram e

desenvolveram a ESG têm em comum dois aspectos: primeiro, todos têm função de instrução, de professor, são formadores dentro do próprio Exército, todos com formação superior em relação à maioria de seus pares, ocupando, portanto, funções estratégicas, de comando; segundo, o restrito grupo dos fundadores, incentivadores da Escola, formava o que poderíamos chamar de um grupo coeso, apresentando uma unidade de princípios que impressiona — todos acreditavam na fórmula Segurança/Desenvolvimento, o que, nem é preciso repetir, aprenderam com a Doutrina Góes.

## **OS NOMES**

Quanto a nomes, são vários os fundadores, mas as funções que exerceram e o papel que representaram impõem o destaque a três deles.

O general Cordeiro de Farias, ex-participante da Coluna Prestes, tenentista de grande expressão, exerceu a função essencial de militar-articulador. É o homem que soma, que aproxima adeptos, que faz a ponte de ligação, inclusive com o Exército norte-americano (cuja importância na fundação da Escola discutiremos depois). Cordeiro foi mencionado em inúmeros relatórios dos oficiais americanos durante a II Guerra como o mais competente e brilhante oficial brasileiro,

quando em combate. Mais uma vez insistimos: essa amizade teve o seu peso.

Outro militar que exerceu função básica no desenvolvimento da escola foi o general Castello Branco. Ex-“jovem turco”, editor da revista *A Defesa Nacional* desde meados da década de 10, teve participação também reconhecidamente competente durante a II Guerra, exerceu o papel de militar-profissional, aquele cujo conhecimento técnico, cujo desempenho de funções de guerra eram notados. Um professor em tática, apresentava-se antes de tudo como um militar de profissão, cuja presença na ESG dava aval para o grupo.

A terceira função, que é extremamente importante para a escola, é o que chamaremos de militar-político, isto é, o oficial que vai buscar a ligação com o mundo civil, essencialmente o mundo político. Trata-se de Juarez Távora que desempenhou essa função com extrema habilidade.

Também participante da Coluna Prestes, acompanhou toda a trajetória dos tenentes, com uma variável: foi o militar que durante a era Vargas alcançou maior expressão política, principalmente exercendo cargos tipicamente políticos. Essa habilidade de Juarez permitiu um fácil trânsito do grupo da ESG entre os políticos,

notadamente os da UDN — União Democrática Nacional —, mas atraiu também gente de outros partidos.

Como vimos, a ESG reuniu o militar-articulador, o militar-profissional e o militar-político.

## **OS MOTIVOS**

A escola foi fundada em outubro de 1948, com a finalidade prevista em seu decreto de criação de ministrar a oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, o chamado curso de Alto Comando, referido na Lei de Ensino do Exército (Dl. 4.130 de 26.2.42) . Esta frase do texto da lei dá algumas dicas interessantes quanto ao como a escola foi fundada. O conceito de Alto Comando, ainda em formação no Brasil, provara o quanto era importante, desde os primeiros momentos da II Guerra. Os oficiais brasileiros perceberam o seu atraso, principalmente o general Góes, autor da reforma da Lei de Ensino do Exército, de 1942. Porém, entre a lei mandar formar oficiais de Alto Comando e a verdadeira prática dessa formação vai uma imensa distância. A maior queixa dos americanos quanto aos nossos oficiais, durante a II Guerra, era o seu despreparo em funções de Estado-Maior. Terminada a guerra, os militares brasileiros começaram a pensar na melhor formação de oficiais para as esperadas funções de



Alto Comando, e a fundação da ESG aproveitou esse clima de absoluta necessidade funcional do próprio Exército — este é o sentido formal da fundação da escola.

## **AS RELAÇÕES ESG/EUA**

Quanto ao papel dos americanos, este é um capítulo à parte. Os Estados Unidos pretendiam, como potência vitoriosa na guerra, exercer uma absoluta hegemonia em sua “metade” do mundo. O fato não é nenhuma novidade: qualquer país, vitorioso em uma grande guerra, pretendeu sempre, em qualquer época da história, tirar vantagens hegemônicas de sua vitória. Com os Estados Unidos não seria diferente. Assim, no caso do Brasil, se não conseguiram exercer um controle, pretendiam os americanos, pelo menos, a maior interferência possível. A fundação de uma escola que teria como objetivo, de fachada, formar os oficiais do Alto Comando das Forças Armadas não passaria despercebida pelos americanos. Eles “apareciam” para dar todo o “apoio”. Imaginar que os Estados Unidos não iriam ajudar a fundação da ESG é ter uma atitude de absoluta ingenuidade. Porém, por outro lado, imaginar todos aqueles que estavam comprometidos com a fundação da ESG como meras marionetes dos desejos americanos é outra absoluta ingenuidade.

Uma das características que mais irritava os desajeitados instrutores do Exército americano durante a guerra era a grande “desobediência” dos oficiais brasileiros. O livro de Waak, a que já nos referimos, reproduz quase por inteiro inúmeros relatórios desses instrutores americanos a seus comandantes. Esses relatórios queixam-se dos brasileiros, elogiam pouco, segundo a visão deles, mas a grande reclamação dos americanos era a “teimosia” dos oficiais brasileiros, da qual alguns relatórios chegam a falar de forma absolutamente preconceituosa.

Agora, façamos uma reflexão: se os militares da FEB, em uma situação de guerra, com risco de vida, eram “desobedientes”, “teimosos” frente a seus “conselheiros” americanos, terminado o conflito, dentro de sua casa, passariam a ser absolutamente obedientes, marionetes dos conselheiros americanos? Só porque estavam fundando uma Escola Superior de Guerra? Como já dissemos, esta visão mecânica, linear, é ingênua. Os americanos foram importantes para o desenvolvimento da ESG, mas, em absoluto, não davam as cartas, não dirigiam marionetes.

Os oficiais que fundaram a escola tinham seus próprios princípios, seus próprios “gurus” intelectuais, nacionais mesmo. Tinham aprendido, com as lideranças do Exército, durante o Estado Novo, como se comandava e

como se conspirava. O general Góes Monteiro, por exemplo, fora um excelente professor (outra de suas funções, além de escrever doutrinas). É verdade que o desenvolvimento da ESG contou com o apoio de uma missão de ajuda do National War College (que fica no Brasil de 1948 a 1960).

Porém era isto mesmo, missão de ajuda, com limites bem precisos. Vários foram os conflitos entre brasileiros e americanos que trabalhavam na ESG.

Vamos dar um exemplo de um desses conflitos. A admissão dos civis que tanto contrariava os americanos, incompreensível para eles, era uma questão essencial para os brasileiros.

Convém lembrar que Benjamin Constant, o velho professor positivista, sempre pregara o chamado de civis para atos que, segundo os norte-americanos, poderiam ser só dos militares. Esse ranço positivista, tão presente já na Doutrina Góes, manteve-se intacto na modernização dela — a ESG, por mais contemporânea que pretendesse ser, mantinha a herança positivista (e não só neste aspecto dos civis) que foi tão importante na formação de seus oficiais fundadores. Os americanos pouco compreendiam esta herança. Mesmo a própria fundação da ESG foi uma fonte de conflitos.

Foi nomeada uma Comissão Organizadora, comandada pelo general Cordeiro de Farias que não se limitou aos “conselhos” norte-americanos. Examinou a experiência inglesa e francesa no setor, tirando alguns dados de importância quanto à formação militar, principalmente dessas experiências européias. Contrariando as propostas prescritas pelos norte-americanos, a ESG brasileira admitiu civis como alunos regulares, principalmente aqueles envolvidos na Administração Pública (gente de ministérios, autarquias, grandes empresas). A exigência maior era o nível universitário e uma indicação confiável.

## **O CONTEÚDO: A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL**

Insistimos muitas vezes em apresentar aquilo que chamamos de Doutrina Góes, insinuando sempre que a questão da Segurança Nacional começara décadas antes, quase desde os tenentes. Deixemos as insinuações e vamos às afirmações: a simples modernização, com algumas complementações, dos conceitos que pregava o general Góes Monteiro em seu livro, artigos e aulas é a Doutrina de Segurança Nacional. A personalização é perigosa, mas enfim é necessária. Outros, no mesmo período, também falavam nessas idéias, mas o general Góes foi

quem melhor as sistematizou. Assim, centralizamos nele nossas atenções.

Vamos começar pelo porquê da Doutrina. Já falamos bastante de Guerra Fria, de metades de mundo e de como se critica a metade do adversário. Dessa maneira, o comunismo não só era mais um inimigo externo com quem se faria uma guerra, com tropas, canhão etc.; o comunismo seria também um inimigo interno que, “manipulando as tensões sociais, próprias do estágio de desenvolvimento de um país como o Brasil”, acabaria por efetivar a ameaça comunista. Essa manipulação só seria possível, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, devido a:

a. despreparo e ineficiência das elites políticas;

b. inadequação das estruturas políticas e instituições governamentais ao encaminhamento das questões de desenvolvimento econômico e segurança nacional;

c. ingenuidade política e as características culturais do povo brasileiro, que o tornam “presa fácil” da ação comunista;

d. infiltração do movimento comunista internacional em todas as áreas, setores e

instituições sociais, numa ação que caracteriza uma agressão interna.

Esta síntese dos princípios da Doutrina encontra-se de forma mais completa no trabalho de Eliezer Rizzo de Oliveira: *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil*.

Estas palavras pareciam uma grande novidade para a década de 50, mas as idéias não. Pelo menos 20 anos antes o general Góes, em seu livro já citado, partindo dos mesmos motivos (lembrem-se da resposta a Vargas), afirmava:

*(...) a luta de classes é, hoje em dia, o expediente mais seguro e hábil para enfraquecer uma nação, ativá-la a mercê dos golpes do imperialismo tanto político e moral, como econômico e material (...)*

Como o leitor percebe, a capacidade de síntese do general Góes é maior. Quanto à receita de como erradicar a ameaça do comunismo, isto é, como enfrentar esse agressor interno, Góes propunha a obediência da Nação à “política do Exército”. No tempo do general isto se justificava pela necessidade de “defesa nacional”, que deveria aglutinar civis e militares em um esforço comum de desenvolvimento, que implicaria um fortalecimento da Nação em termos bélicos. Essa necessidade de defesa nacional é o que provocaria a aceitação da “política do Exército”. Vale repetir

a frase em que o general Góes define essa política:

*(...) é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria (...)*

Estes conceitos, é verdade, com palavras trocadas, aparecem intactos na ESG: a Segurança Nacional deve caracterizar-se pela:

*(...) sistematização da análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares que condicionam a política de segurança nacional.. servindo de base à coordenação das ações de todos os elementos civis e militares, responsáveis pela formulação e execução da política de segurança nacional (...).*

O que realmente importa é que, tanto na versão nova (da ESG), como na velha (da Doutrina Góes), o conceito de Segurança Nacional significa o mesmo processo: o País inteiro deve

estar coeso, em clima de ordem unida, produzindo para a Segurança Nacional. Sem dúvidas, sem questionamento, sem oposição. Só esta atitude, só o cumprimento da “política do Exército” traria o desenvolvimento ao País, com o que neutralizaríamos o “agressor interno” — a ameaça comunista.

## **SETORES DA PRODUÇÃO QUE GERAM A SEGURANÇA**

A Doutrina Góes separou os setores: a siderurgia e o petróleo, e ao longo do Estado Novo cuidou desses setores como foi possível. A tarefa da ESG era bem mais complexa: o País alcançava melhores padrões de industrialização, a tecnologia e as comunicações desenvolveram-se, o pós-guerra apresentava problemas muito mais densos e, assim, que setor privilegiar, por onde começar a imensa tarefa de planejamento para a Segurança Nacional?

Para uma tarefa de tais proporções, a ESG separou primeiro o que, a seu modo, constituiria as principais aspirações da “consciência nacional”. Tais aspirações foram transformadas em “Objetivos Nacionais Permanentes”. Vamos citar alguns desses objetivos:

a. salvaguarda intransigente de nossa independência política;



b. consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios de justiça social e de moral cristã;

c. incorporação de todo o território nacional, humanizando-se e valorizando-se os largos espaços ainda vazios;

d. fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio de igualdade jurídica dos Estados e a crescente projeção do País no exterior, com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional.

Todas as dificuldades, oposição, obstáculos conjunturais que impedem a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) vão caracterizar os ONA — Objetivos Nacionais Atuais. Estes são mutáveis, conjunturais, preparam o terreno para os ONP. A linguagem é militar, O planejamento obedece a princípios bélicos, mas a finalidade maior é o desenvolvimento do País.

## **OS ALUNOS**

Já vimos os princípios da Doutrina, isto é, o que se ensinava nas aulas da ESG. Falta explicarmos melhor quem eram os alunos. O

“corpo discente” congregava militares e civis. Mas que militares e que civis?

O primeiro critério é o padrão universitário, ao lado da indicação. Em verdade, o curso da ESG era um treinamento para determinadas funções de comando. Juarez Távora, em seu livro *Uma Vida e Muitas Lutas*, esclarece o sentido desse treinamento, o que explica quem era escolhido para o curso:

*(...) penso que a ESG está fazendo o quanto pode para cumprir a delicada tarefa de preparar elementos selecionados de nossa elite civil e militar, para o adequado equacionamento desse problema (a segurança nacional)... Não há como ignorar tais problemas, ou tentar elidir, com subterfúgios, sua gravidade. Impõe-se ao contrário que os ataquemos de frente, corajosamente, sob pena de desacreditar-nos como elite, perante o povo, por cujo destino somos responsáveis e perante o mundo exterior contra cujas ambições e concorrências devemos defendê-lo (...)*

Este era o dado que estava faltando para explicarmos corretamente o “sentido” da ESG. Talvez a sua primeira preocupação não fosse tanto a divulgação da Doutrina. O primeiro

objetivo mesmo era a preparação de uma elite que acreditasse na Doutrina de Segurança Nacional, que se convencesse de sua eficácia, de sua necessidade para o Brasil (Lembram-se do velho Alberto Torres, aquele que queria “construir artificialmente a nacionalidade”... As idéias deixam herança, não é mesmo amigo leitor?).

Contudo, a Doutrina de Segurança Nacional completa a sua influência sobre o desenvolvimento global do País, quando atinge as suas preocupações geopolíticas, isto é, quando o desenvolvimento da Segurança Nacional implica pretensões geopolíticas.

## **DESENVOLVIMENTO DA GEPOLÍTICA**

Vamos começar por esta pergunta. Qualquer Estado organizado, que se relaciona comercial e diplomaticamente com outros Estados, faz geopolítica. De um modo geral, a geopolítica tem por premissa três variáveis: o espaço (os princípios geográficos), o tempo (os princípios históricos) e o destino (suas pretensões, suas realidades, próximas ou remotas, suas lutas possíveis). Como se observa, a geopolítica usa os dados da geografia: as possibilidades do terreno, forma, características físicas da região; ao lado das condicionantes históricas: características culturais do povo, aspectos étnicos e até mesmo

lingüísticos, para, com estes dados, formular uma política para o Estado, possibilitando a existência de um Projeto Nacional, o que implica formular um “destino” a um povo.

Como se observa também, a geopolítica pode ter um uso expansionista, se a formulação do Projeto Nacional implicar um destino de conquista territorial; pode ter um uso defensivo, ao formular um Projeto cuja essência está em conter a expansão alheia; pode até mesmo ter um uso, digamos assim, interno, formulando um Projeto para um povo, cujo destino é a ocupação de seu próprio território.

Os primeiros passos da geopolítica, como ciência, foram dados por um geógrafo alemão, Frédéric Ratzel que, em meados da segunda metade do século passado, formulou os principais postulados da teoria geopolítica que foram bastante desenvolvidos desde a I Guerra Mundial, primeiro por outros alemães e, depois, principalmente, pelos norte-americanos.

Agora vamos ligar um pouco as coisas. A Doutrina de Segurança Nacional fala da seleção de objetivos prioritários pela nação que, quando alcançados, conduziriam ao desenvolvimento. A nação se desenvolveria pela ação do Estado. Em outras palavras, ao Estado cabe cumprir o Projeto Nacional. Porém, qual o objetivo desse Projeto?

Qual o limite, onde deve “parar” o Projeto Nacional? Enfim, qual o destino da Nação?

A ponte é: o desenvolvimento de Doutrina de Segurança Nacional implica a construção de uma perspectiva geopolítica.

## **HISTÓRIA DA GEOPOLÍTICA NO BRASIL**

Do mesmo modo que a Escola Superior de Guerra não descobriu a Segurança Nacional, também não foi na ESG que se começou a falar de geopolítica no Brasil. Desde a década de 30 apareceram estudos geopolíticos, principalmente nos escritos de Mário Travassos. A própria Doutrina Góes tinha expectativas, digamos assim, geopolíticas. Podemos mesmo dizer que o estudo da geopolítica tem uma história de desenvolvimento próprio no Brasil, começando com a perspectiva de ocupação territorial, até obras que caracterizaram uma geopolítica ostensivamente expansionista. É verdade, contudo, que foi a ESG que congregou, que reuniu, todos aqueles que pensavam um “destino” para o Brasil, que pensavam em termos de geopolítica, pois como já vimos o conceito de Doutrina de Segurança Nacional desemboca em perspectivas geopolíticas. Sem dúvida, a ESG promovia o encontro dos interessados tanto em uma como na outra teoria. E talvez o maior

desses interessados tenha sido o coronel Golbery do Couto e Silva.

O coronel Golbery não foi um fundador, mas aproximou-se rapidamente do grupo da ESG. Os interesses de Golbery abrangiam tanto a Segurança Nacional como os estudos geopolíticos. Esse militar, utilizando perspectivas filosóficas, pretendia uma delimitação melhor do conceito de Segurança Nacional, buscando a formulação efetiva de um Projeto Nacional. Golbery partia da mesma ameaça comunista para definir as perspectivas brasileiras que teriam o “Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa”. Seu conceito de Segurança Nacional parte desta premissa, e é em consequência desta premissa — “posição geográfica do Brasil” —, que definiríamos o nosso destino como nação.

Agora, é importante saber se o Exército brasileiro inteiro acreditava no conceito de Segurança Nacional, partilhava das idéias da turma da ESG; e mais, se os civis também acreditavam na eficácia da geopolítica.

## **V**

# **NACIONALISTA!**

## **ACUSAÇÃO OU ELOGIO?**

Quando a II Guerra terminou o mundo todo pensava só em reconstrução e desenvolvimento. Os horrores, a matança indiscriminada trouxeram ao Homem, enquanto espécie, um momento (bem curtinho por sinal) de reflexão e concluiu: basta de destruição. É hora de desenvolvimento, de construção. Esse espírito que envolveu o mundo não foi diferente no Brasil. Por aqui também só se falava em progresso.

E, como já vimos em vários momentos deste texto, os militares brasileiros, principalmente ao longo de todo o século XX, também falavam sempre em desenvolvimento, em crescimento etc. Enfim, esta preocupação chegara à sociedade toda, no pós-guerra. As conquistas tecnológicas encantavam todo mundo. Todos queriam o progresso. Mas como chegar a ele? Qual o caminho mais curto? Qual o primeiro setor a ser atacado? Em verdade, desde o Estado Novo essa vontade de crescimento atingira essencialmente os militares: e esta vontade serviu muito bem à penetração, entre a oficialidade, da Doutrina Góes, que, como vimos, priorizava dois setores

considerados estratégicos: a siderurgia e o petróleo.

O primeiro desses setores tivera uma “solução” durante o próprio Estado Novo. Em um jogo de pressões diplomáticas extremamente hábil, Vargas arrancara dos Estados Unidos todo o apoio necessário à instalação de um parque siderúrgico, em troca da “opção” pelos aliados. Mas o problema do petróleo ficara adiado — e isto Góes Monteiro já havia constatado, ainda antes da guerra, em uma frase famosa de seu depoimento à História que é sempre citada:

*(...) em caso de bloqueio dos portos, o País possuía reservas de petróleo para oito dias (...).*

A descoberta de tal despreparo trouxe tanto a fundação de um Conselho Nacional do Petróleo como a percepção das dimensões do problema — petróleo passou a ser um tema estratégico, uma preocupação que envolvia a Segurança Nacional.

A produção de aço tivera sua solução encaminhada, mas a do petróleo não. O tema era explosivo, havia muitos interesses, um jogo com muito poder para fazer valer seus pontos de vista. Desde o começo do governo Dutra — que iniciara uma política de incrementar o desenvolvimento industrial utilizando reservas cambiais acumuladas durante a guerra —, a sociedade brasileira percebera que a indústria, isto é, o



desenvolvimento e o petróleo formavam uma coisa só. A questão do óleo como energia começava a esquentar.

Pouco a pouco a questão do petróleo deixou de ser um problema técnico operacional. A solução a ser dada ao problema petróleo passou a ser política, passou a ser uma opção entre diferentes perspectivas de desenvolvimento. De repente, o País inteiro passou a discutir se devíamos buscar petróleo aqui dentro ou comprar fora. Se devíamos aceitar conselhos dos outros ou tentar achar as nossas próprias fórmulas de progresso. De fato, o País descobrira um tema para o debate: desenvolvimento sim, mas com ou sem nacionalismo? — Esta era a verdadeira questão que o tema petróleo escondia: qual o método de desenvolvimento a ser adotado? Quem era de verdade nacionalista?

## **FÓRMULAS DE PROGRESSO**

É um fato bastante reconhecido pela História que, escondidos sob a máscara do nacionalismo, cabem os mais variados interesses e propósitos. Por exemplo, o pessoal da ESG formulara o seu método para o progresso: tendo o Ocidente “como ideal, como propósito e como programa”, vinculava o nosso desenvolvimento à órbita ocidental, isto é, norte-americana. O motivo era geopolítico, como já vimos. Mas, atenção às

palavras: vinculava e não obedecia, pois os adeptos da fórmula da ESG se apresentavam como nacionalistas—desenvolvimentistas. Isto é, partilhavam da idéia de que para realmente sermos independentes, precisamos ser fortes; para sermos fortes, precisamos de tecnologia, insumos, capitais. Daí o sentido do vínculo. Depois, quando desenvolvidos, seríamos realmente independentes.

Este não era o único método de desenvolvimento proposto. Outros, criticando fortemente a perspectiva da ESG, apresentavam-se como nacionalistas autênticos, propondo que deveríamos buscar o desenvolvimento só com nossos próprios recursos, sem vínculos maiores com a qualquer outro país. Do contrário, seríamos sempre dependentes, já que as tecnologias eficientes seriam sempre negadas, e os capitais investidos visariam só ao lucro dos países investidores. Enfim, sem uma atitude autenticamente nacionalista, estaríamos sempre atrasados. Estava colocado o debate: que método deveria ser seguido? O petróleo, sua exploração, era só um pretexto. O que se discutia era a própria “fórmula do progresso”.

Os militares, preocupados com o desenvolvimento do País, que significava a própria defesa, foram os que mais participaram do debate quanto a métodos de progresso. As

instituições militares acabaram muito envolvidas pelo debate. Para estas, o tema era bem complicado: se, por um lado, havia um clima de animosidade com os norte-americanos que os conflitos dos oficiais brasileiros com os instrutores americanos durante a guerra provaram — por outro lado havia a ameaça comunista, o clima da Guerra Fria, que fazia os militares aproximarem-se da “proteção” norte-americana. Talvez a maioria dos oficiais preferisse não envolver-se com o tema. A questão do petróleo forçou os militares, enquanto categoria, no início da década de 50, a uma definição.

## **OS MILITARES E A QUESTÃO DO PETRÓLEO**

Qualquer instituição, quando submetida a uma divisão de posições entre seus membros, corre sérios riscos. Com as Forças Armadas, enquanto instituição, não é diferente. É verdade que a instituição militar tem, frente à ameaça de divisão, uma boa defesa: a disciplina, a hierarquia. Existe toda uma estrutura repressiva interna, regulamentar do próprio funcionamento da instituição, que impede o fracionamento.

A questão do petróleo assumiu grande importância na evolução do pensamento militar brasileiro, porque, de fato, o debate sobre esse tema ameaçou a disciplina, a hierarquia,

elemento sagrado da constituição de qualquer exército.

Observe o leitor que todas as crises militares que o País viveu, posteriores a 1930, foram sempre resolvidas pelo que chamamos de fórmula hierárquica: mantém-se a autoridade do comando, e isto preserva a coesão do Exército, preservando o seu poder de interferência. A questão do petróleo ameaçou esta premissa sagrada.

Outros aspectos cooperaram para essa dimensão maior que acabou tendo a questão do petróleo; por exemplo: o contexto político que o País vivia agravou tudo.

A eleição de Vargas em 1950 para um mandato presidencial democrático assustara a UDN que temia uma nova ditadura. Essa ameaça fazia que os políticos udenistas “acendessem” qualquer tema para fazer oposição às propostas getulistas. A própria posse do presidente foi um tema para explosões. Outro tema foi o petróleo.

A idéia da UDN, frente ao fato consumado da eleição de Vargas, era intrigá-lo, da forma que fosse possível, com o Exército. Esse contexto político teve importância para acirrar a divisão entre os oficiais, mas não foi o fundamental. Fatos internos da própria instituição tiveram maior relevância. O próprio tema petróleo foi um

mero pretexto para esconder o verdadeiro motivo da “divisão” entre os militares, que era as diferentes visões de como desenvolver o País que existiam dentro da oficialidade, principalmente do Exército. Um relato dos principais momentos da crise que envolveu as Forças Armadas, nesse período, é importante para entendermos essa divisão.

## **A CRISE DOS MILITARES NOS ANOS 50**

O cenário básico onde a crise entre os militares se instala é o Clube Militar, fundado antes da República, com regulamento próprio e, portanto, não tão sujeito aos rigores da disciplina do quadro hierárquico do Exército. Para as eleições de maio de 1950 do Clube, apresentaram-se duas chapas. Uma, encabeçada pelo general Cordeiro de Farias, cuja biografia já especificamos, simbolizava a turma da ESG, apoiada principalmente por Juarez Távora que preconizava a solução “racional” para o problema da exploração do petróleo com o fim dos exclusivismos nacionalistas. A outra chapa era encabeçada pelo general Newton Estilac Leal, apoiada pelo general Horta Barbosa, um nacionalista aguerrido, ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo, adepto fervoroso do monopólio estatal para a exploração do produto

A expressiva vitória do general Estilac fez que a sua “turma” imaginasse ter uma absoluta maioria no Exército. As acusações de comunistas, compreensíveis pela angústia da derrota, foram respondidas no próprio discurso de posse:

*(...) não possuo o dicionário bolchevista na língua portuguesa, nunca deletreado por mim (...)*

Quanto ao petróleo, a posição enfática do mesmo discurso:

*(...) uma solução patriótica para os problemas relacionados com a defesa nacional, como os do petróleo(...).*

Quanto à política:

*(...) a essência da democracia reside na soberania do povo(...).*

As palavras do discurso acalmaram os ânimos até a edição da primeira *Revista do Clube Militar*, editada pela nova diretoria. Dois artigos chamaram a atenção, ambos sobre a Guerra da Coreia: uma reprodução da correspondência do Manchester Guardian informando sobre a iminente derrota americana; e um outro, denunciando a interferência americana nos assuntos brasileiros, impondo a nossa “ida à Coreia”.

A circulação da revista provocou uma reação explosiva: cartas de oficiais a jornais, protestando, um manifesto com a assinatura de 600 oficiais, denunciando o caráter “russófilo” do texto, conferências etc. A hierarquia do Exército, ainda sob o comando de Dutra (Getúlio só tomaria posse em janeiro de 51, pela Constituição), tomou uma posição: transferiu para longe do Rio de Janeiro um a um todos os membros efetivos da Diretoria do Clube, tentando aplacar a reação.

Vargas, enfim, tomou posse e nomeou Estilac, ministro da Guerra, praticamente referenciando a posição nacionalista. A pretensão do novo ministro era anular todas as transferências, mas esbarrou na hierarquia do Exército, na reação do Alto Comando que manteve as “punições”. O clima de enfrentamento entre as posições agravou-se com a Conferência dos Chanceleres Americanos de 1951, quando se chegou a propor um exército internacional, com bandeira internacional, constituído por latino-americanos, com comando norte-americano. A *Revista do Clube Militar* enfrentou a proposta, em tom de denúncia. Ao mesmo tempo publicou artigos de um respeitado militar, o general Dermeval Peixoto, historiando os problemas com os norte-americanos no Nordeste, durante a guerra, o que acirrou ainda mais os ânimos entre as posições conflitantes. O próprio Anteprojeto da

Exploração Petrolífera, oriundo do Executivo, foi combatido pela revista.

Vendo sua autoridade diminuir, Estilac Leal acabou por se demitir, ainda em março de 1952. O motivo imediato da demissão foi o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, negociado à sua revelia pelo ministro das Relações Exteriores: João Neves da Fontoura. A revista do Clube mais uma vez questionou, em termos de denúncia, essa posição pró-americana.

## **O CAPÍTULO DAS ELEIÇÕES NO CLUBE MILITAR**

É neste clima, absolutamente emotivo, que se discutiu a fundação da Petrobrás, um projeto do Executivo, de fins de 1951. E foi nesse mesmo clima de emoções soltas, de pouco uso da razão, que ocorreu uma nova eleição do Clube Militar, em maio de 1952. Dessa vez, a turma da ESG, pró-exploração racional do petróleo, organizou-se de forma bem efetiva: propôs uma chapa com o título de Cruzada Democrática, indicando como candidato à presidência o general Alcides Etchegoyen. O programa da Cruzada partia da idéia de um “nacionalismo racional” com estes pontos:



a. proposta de um nacionalismo sadio sem outras bandeiras repudiadas por nosso patriotismo;

b. afastar o Clube das influências totalitárias da Direita e da Esquerda;

c. fim de todas as atividades do Clube que afetem a segurança interna, os compromissos internacionais da Nação brasileira; que levem a assuntos explorados em um sentido político partidário; assuntos que provocam dissensões entre sócios.

Contra a Cruzada Democrática estava proposta a reeleição do general Estilac Leal, com um programa nacionalista autêntico, caracterizado essencialmente pela defesa intransigente da exploração estatal do petróleo e de outros recursos minerais. A eleição do Clube, na verdade, foi só um reflexo da empolgação que envolveu o País todo quanto ao tema nacionalismo. De fato, o assunto havia-se tomado popular, interessando a todos. Envolvida pelo tema, a maioria do País era ostensivamente favorável à fórmula “o petróleo é nosso”.

A eleição do Clube, realizada nesse clima, tomou aspectos preocupantes: pressão de oficiais, denúncias de torturas, pressão de toda forma marcaram a primeira fase da eleição do Clube. A maioria das denúncias era dos adeptos de Estilac.

Os inquéritos relativos a essas denúncias encontram-se reproduzidos no livro *A História Militar do Brasil*, do general Werneck Sodré, como documentos de fonte jurídica, embora o autor não esconda o seu posicionamento pró-Estilac. Terminada a segunda fase da eleição os resultados foram definidores: a chapa da Cruzada Democrática obteve 8.300 votos contra 4.500 dados a Estilac Leal e Horta Barbosa.

O general Etchegoyen, logo após a posse, confirmou em entrevista que o assunto petróleo não seria mais discutido pelo Clube Militar. Porém, o tema alcançava as ruas; a própria UDN percebeu a impopularidade de sua posição e, em uma reviravolta surpreendente, propôs a nacionalização das refinarias. Os apelos nacionalistas apresentavam vantagens tão grandes, em termos populares e eleitorais, que a própria UDN não resistiu...

O tema petróleo passou, mas as diferenças entre os grupos militares não. Afinal foram 4.500 votos, uma parcela significativa do Exército que havia avalizado uma conduta contestatória. É bom não esquecer que o presidente da República, Getúlio Vargas, apoiara Estilac e apresentava-se como nacionalista antes de tudo. A posição vitoriosa no Clube Militar, sustentada pela UDN, era repudiada por Vargas, que abandonara uma posição conciliatória com a oposição udenista.

Não foi pela competência política da UDN, mas enfim uma parcela considerável do Exército posicionava-se contra o governo getulista. As brigas internas dos próprios militares, e não a ação dos políticos, conduziram a uma tomada de posição, de uma parcela majoritária dentro do Exército. Frise-se que, antes do incitamento, da intriga dos políticos, os próprios militares estavam divididos. Os políticos “pegaram o bonde andando”, não foram eles que fizeram o “bonde andar”.

As acusações de comunista, russófilo, por um lado; entreguista, vendidos aos americanos, por outro, andaram nos quartéis brasileiros, por um bom tempo. As acusações indicavam a existência de dois times, bem definidos, bem separados. Nada poderia ser pior para o Exército.

O cenário político do início da década de 1950 tendia a agravar a irreconciliável divisão. Pressionado pela oposição da UDN, Vargas vai abandonando seu tom de conciliação que sempre o caracterizou. No início de 1954, o ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, propunha um aumento de 100% no salário mínimo, que não subia desde 1951. A oposição udenista aproveitou-se para apontar o risco: a inflação iria disparar, a demagogia provocaria miséria etc. Se correto ou não, do ponto de vista econômico, isto era o que menos importava; a oportunidade

política de crítica sem igual era o que interessava à UDN.

## **MANIFESTO DOS CORONÉIS**

Veja bem, era proposta de aumento, não significava que o presidente iria aprovar. Porém o escândalo estava armado. Os jornais udenistas estavam repletos de anúncios de descontentamento da oficialidade, sem indicar nomes, por todo o mês de janeiro. Em fevereiro de 54, enfim, apareceu o famoso Manifesto dos Coronéis, em forma de memorial, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis, dirigido ao ministro da Guerra. O Manifesto obedecia à hierarquia, era sigiloso, de conteúdo reservado.

Contudo, a imprensa oposicionista garantia seu conteúdo: exigia-se a demissão de Goulart, o fim da “bandalheira”, da corrupção etc. Quando enfim o verdadeiro texto foi publicado, as coisas não eram bem assim. O Manifesto falava principalmente que o Exército passava por uma crise de autoridade, que acabaria conduzindo ao fim da “coesão da classe militar”. Desta premissa, o Manifesto partia para uma análise técnica: falta de material, de equipamentos, de veículos e, principalmente, baixos salários. Esta era a principal reclamação que levava muitos militares, segundo o Manifesto, a optar pela volta à vida civil, onde encontravam melhores rendimentos.

É verdade que os coronéis não esqueceram de reafirmar o perigo da “infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas”. Mas atenção, o perigo só acontecia dadas as condições de abandono em que se encontrava o Exército, cuja desmoralização agravava a “divisão da oficialidade”. A única referência política, se podemos chamar assim, era uma “reclamação”, bem ao estilo das reclamações das camadas médias: se o salário mínimo dobrasse, como estava sendo aventado, a mão-de-obra sem formação ganharia tanto quanto a mão-de-obra universitária que, vivendo de salários, não tendo negócios, não podia especular com a inflação, obrigando os oficiais a um extremo esforço, que não podia continuar, para “manter um padrão de vida compatível com sua posição social”..

Vamos observar bem que o tom do Manifesto é técnico e, antes de tudo, profissional. Trata basicamente de aspectos internos da própria instituição, partindo do que é mais importante para um militar: a autoridade, a hierarquia, a coesão. Vargas percebeu bem o risco — o Manifesto não era um simples pronunciamento característico de oficiais antigetulistas, era um protesto profissional, com motivos que seriam abraçados pelo todo dos militares, sem maiores distinções. Evidentemente, o Manifesto adquiria um sentido político, dada a oposição extrema da UDN que fazia questão de deixar público seus

contatos com os militares. Mas este, de fato, não era o sentido que os coronéis e tenentes-coronéis pretendiam. O Manifesto foi a origem de uma forma de pensamento, entre os oficiais, que iria dar muito o que falar: o apelo técnico, constitucional, rígido profissionalismo.

## **PRECIPITAÇÕES QUE LEVARAM À QUEDA DE VARGAS**

Vargas, em fevereiro de 1954, demitiu o ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, para dar uma satisfação aos assinantes do Manifesto — que efetivamente simbolizavam a opinião média da oficialidade superior — e demitiu também o ministro do Trabalho, João Goulart, procurando aplacar a insatisfação política da classe média. Porém, não definiu qualquer posição quanto ao aumento do salário mínimo. Era o trunfo político para ser usado no 19 de Maio, para manter o apoio da classe trabalhadora. A concessão de 100% de aumento, em um emotivo discurso de Vargas no Dia do Trabalho, em 1954, acentuou sobremaneira a crise política e iniciou uma subida de preços muito rápida.

O empresariado aproximou-se mais das posições da UDN, que tentava, através do Congresso, o “impeachment” do presidente. A maioria do PSD e PTB impediu a manobra

política. Os udenistas passaram a admitir, de público, que a única solução era o golpe militar para a destituição de Vargas. O principal proponente da solução militar era o jornalista Carlos Lacerda, talvez o inimigo político mais violento do governo. O atentado de 5 de agosto, que visava a Lacerda e matou o major Rubens Vaz da Aeronáutica é, de fato, o pavio de explosão.

A Guarda Presidencial e alguns amigos de Vargas estavam realmente envolvidos no atentado, embora o próprio inquérito da Aeronáutica reconhecesse o desconhecimento do presidente quanto ao crime. O compreensível clima emotivo que o assassinato provocara, principalmente entre os oficiais da Aeronáutica, foi muito bem aproveitado pela oposição. O presidente do inquérito vira “Presidente da República do Galeão”, com poderes de fato absolutos, chegando à invasão do Palácio, em busca de provas.

Vargas teve a sua autoridade absolutamente arranhada; a imprensa de oposição falava em “mar de lama”, extrapolando o envolvimento da Guarda no atentado para outros crimes, principalmente de corrupção. A turma do nacionalismo racional aproveitou a dica: pressionaram o próprio ministro da Guerra,

general Zenóbio da Costa, a exigir a destituição de Vargas, O ministro negou-se a tal exigência.

Alguns dias depois, 27 generais do Exército assinaram um documento exigindo a renúncia. Ao lado de Canrobert Pereira da Costa, assinaram Juarez Távora, Machado Lopes e o próprio Henrique Lott. Os altos oficiais revelavam um medo que os forçava ao posicionamento radicalizado; uns eram mesmo antigetulistas extremados (Canrobert, Juarez), mas a maioria estava mesmo era preocupada com a divisão entre os pró e contra o governo, o velho medo da ameaça à coesão.

Getúlio era o que se poderia chamar de “animal político” pleno. O suicídio anularia toda a vitória da oposição. Vargas conhecia os condicionamentos emotivos do povo. Deixando de lado, por um momento, o aspecto humanitário, foi de extrema habilidade política. Porém, se anulou a vitória dos udenistas pela violenta reação popular, o suicídio foi de extrema habilidade política. Porém, se anunciou, principalmente, com que a Constituinte de 1946 tanto se preocupara. (Teria chegado a hora de os militares ocuparem, oficialmente, o poder?)

## **O EXÉRCITO DIVIDIDO, OBSERVA (E DEPOIS AGE)**



É importante perceber que as disputas entre os políticos arrastaram militares para os dois campos adversários. As diferentes perspectivas, as diferentes visões de desenvolvimento que envolviam os oficiais dentro dos quartéis tinham um significado. Quando iam para fora a conversa era outra. É bom não esquecer que a grande maioria dos 8 mil votos da Cruzada Democrática não concordava inteiramente com as posições políticas da Cruzada, mas apoiava o fim dos debates no Clube Militar porque estes ameaçavam a hierarquia, e isto era o fundamental.

Fracionado, dividido entre nacionalistas, desenvolvimentistas, autênticos e mesmo meros oportunistas, o Exército como um todo preferiu a observação ao envolvimento. E (atenção!) obrigou (é esta mesmo a palavra) a Marinha e Aeronáutica (principalmente esta) a seguirem-no. A designação do general Henrique Lott para o Ministério da Guerra de Café Filho, o vice-presidente da República e sucessor constitucional, tem exatamente este sentido. Lott simbolizava o oficial distanciado das posições políticas, sem envolvimento, um profissional como preconizava o Manifesto. O Exército como um todo pensava em termos institucionais, antes de pensar em termos políticos.

Porém..., outra vez os fatos históricos. As eleições para a sucessão, marcadas pela Constituição para outubro de 1955 foram cumpridas. A coligação PSD/PTB provou sua força eleitoral, com 36% dos votos, elegendo Juscelino Kubitschek, mesmo enfrentando a dissidência de Adhemar de Barros e o “seu” PSP (Partido Social Progressista), que alcançou 26%. A UDN, com a candidatura Juarez Távora, alcançou 30%. Ou seja, ninguém teve maioria absoluta. O velho problema de novo... que permitia tantas reclamações. Os udenistas não se conformavam que, mesmo com todas as denúncias de corrupção, a herança getulista continuasse vitoriosa. Uma batalha jurídica já não adiantara em 1950, e a UDN desta vez tentou outros caminhos — o da manobra política.

A licença de Café Filho, a 3 de novembro, por doença, (um ataque cardíaco) oferecia excelente motivo. O sucessor constitucional, Carlos Luz, era um ostensivo oponente político de Kubitschek. A ameaça à posse de Juscelino passou a ser um fato.

Um incidente — sempre a “coincidência” dos incidentes — faz a roda da história virar de outra maneira. A 19 de novembro, quando do enterro do general Canrobert Pereira da Costa, o coronel Mamede, que pertencia à Escola Superior de Guerra, adepto convencido do nacionalismo

racional, foi o encarregado da oração fúnebre. Em seu discurso usou termos basicamente políticos, destacando a ação antigetulista de Canrobert, terminando por falar em: indiscutível mentira democrática que implicaria uma vitória da minoria.

O general Lott usava todo o peso de sua autoridade como ministro para impedir qualquer pronunciamento militar de caráter político que envolvesse a instituição. O coronel Mamede calculara bem suas palavras — era um ao próprio ministro que punira um oficial de patente superior, o general Zenóbio da Costa, por um entrevista em que exigia a posse dos candidatos eleitos. A manutenção da autoridade de Lott, da sua própria imagem de profissional, distanciado da política, exigia a punição de Mamede.

Esse coronel Mamede estava lotado no Estado-Maior da ESG e, portanto, subordinado ao presidente da República, e não ao ministro da Guerra. Lott chegou a ir pessoalmente ao presidente Carlos Luz pedindo a punição a qual lhe foi negada. O pedido de demissão de Lott como ministro da Guerra foi imediato, O presidente Luz chegou a nomear um novo ministro, Fiuza de Castro, mas os fatos se precipitaram. A 11 de novembro, Lott subleva o Exército que ocupou os pontos estratégicos da cidade: prédios públicos e estações de rádio, O

Congresso, frente ao poder de fato, votou a entrega do poder a Nereu Ramos, presidente do Senado, o seguinte na linha de sucessão, conforme a Constituição, A oposição udenista (Carlos Luz, Carlos Lacerda) embarcou no Cruzador Tamandaré, no Rio, em direção a Santos para uma aventura bem ao estilo quixotesco, para instalar o “verdadeiro” governo. “Entre mortos e feridos, salvaram-se todos”, como sentenciava o povo. A 14 de novembro o próprio Carlos Luz voltava à Câmara dos Deputados reocupando sua cadeira de deputado.

Tudo parecia ter voltado à calma. Porém, a 21 de novembro, o sr. Café Filho recupera-se do seu ataque cardíaco e pretende recuperar a Presidência também. Outra vez, tudo de novo. O Exército põe seus tanques na rua, cerca os prédios etc. Um detalhe importante: os próprios prédios da Marinha e da Aeronáutica foram cercados, garantindo a neutralidade dessas forças co-irmãs. O Congresso, mais uma vez teve de dar um jeito frente à situação de fato. Desconsiderou Café Filho presidente e manteve Nereu Ramos no cargo. Logo depois, o próprio Congresso aprovava uma moção de Estado de Sítio que vigoraria até a posse de Juscelino, a 31 de janeiro de 1956.

## **A INTERVENÇÃO DE LOTT**

Como o leitor deve ter observado, a imagem profissional do general Lott era bem respeitada no Exército. Por duas vezes posta à prova, a posição de distanciamento, de respeito às urnas, saiu vitoriosa, com o apoio majoritário da oficialidade, sem o que “dois golpes seguidos” não dariam certo. Começava a construir-se o conceito de profissionalismo. O medo de uma divisão, de uma perigosa ameaça à coesão, garantia a construção do conceito.

O pessoal da ESG voltava para os seus estudos, voltava aos pianos, às conferências, ao treinamento de quadros, esperando uma nova oportunidade que não demoraria. O pessoal do nacionalismo autêntico não dispersara, apesar dos reveses, como, por exemplo, a morte prematura, por ataque cardíaco, do general Estilac Leal, em 1955. Duas palavras sobre este general são necessárias.

O livro de Werneck Sodré, de que já falamos, reproduz um artigo da revista *Time* que talvez seja a melhor síntese da ação desse oficial. O título do artigo — “*O Tenente de Vida Longa*” — é bastante sugestivo. O texto da revista historia os principais elementos do tenentismo, definindo-o como:

*(...) um estado de espírito tendente ao nacionalismo e ao reformismo político (...)*

Partindo desta definição, a *Time* afirma:

*(...) mas inúmeros desses tenentes revoltosos, a maioria mesmo, com o correr do tempo e com as promoções, tiveram arrefecido o entusiasmo de início e tornaram-se conservadores. Estilac, porém, mesmo com os bordados do generalato, continuou um tenente de coração (...)*

O caráter absolutamente insuspeito da fonte permite confiança quanto à personalidade de Estilac Leal.

Mas a perda do líder foi o primeiro revés dos nacionalistas autênticos. A própria política econômica levada a frente pelo presidente eleito, Juscelino, não seguia os princípios da herança getulista. Tinha rumo próprio, o que em pouca coisa agradava os autênticos. O desenvolvimentismo, a pressa para o progresso, a ajuda do capital estrangeiro, acalmavam o pessoal da ESG, mas não agradavam a seus adversários, que também esperavam uma outra oportunidade...

E os “profissionais”? Talvez compusessem a maioria da oficialidade, mas, exatamente por serem profissionais, cuidavam do seu cotidiano. A década de 1960 vai trazer muitas novidades. Os

“times” vão voltar a campo — desta vez, a vitória é completa para um deles.

## VI

# **DISCIPLINA E PODER — A REVOLUÇÃO DE CASTELLO BRANCO E A REVOLUÇÃO DE COSTA E SILVA**

Desde os seus primeiros anos, a década de 60 mereceria um apelido — os “anos loucos”. A expressão, de origem literária, apareceu para caracterizar o período entre guerras, principalmente a década de 20, nos Estados Unidos. Mas vale perfeitamente para a década do biquíni, da pílula anticoncepcional, dos Beatles, do Concílio Vaticano II do papa João XXIII, da Cuba de Fidel, da minissaia, da proposta Kennedy, da explosão das universidades, da tentativa de se fazer “um, dois, muitos Vietnãs”. Ufa! Tudo isso aconteceu nessa década. É dose pr’a leão. Quanto ao Brasil...

Bom, por mais que se tente, nenhum país é uma ilha de paz e tranqüilidade. Muito pelo contrário.. Toda essa mudança, toda essa ansiedade por “passar o mundo a limpo”, também chegava ao Brasil, país de “nuestra latinoamerica” ainda muito ruralizado, quase provinciano. Os brasileiros chegavam a assustar-se com a rapidez das mudanças. Como já vimos,



o governo JK, durante a segunda metade da década de 50, tentara fazer “50 anos em cinco”. Indústria pesada, fábrica de automóvel, eletrodomésticos, capitais estrangeiros, o País começava a conhecer um outro modo de vida. Mas a imensa maioria continuava em uma miséria que fazia gosto, e a inflação, a velha inimiga, ameaçava como nunca.

Vamos juntar as coisas: mundo explodindo lá fora, mudanças internas aceleradas, tudo isso trouxe um certo medo. As urnas de 1960 revelaram um pedido angustiado da maioria dos brasileiros: devagar com as mudanças.

A eleição de Jânio Quadros essencialmente simbolizava esse desejo. A própria figura do concitado tinha este sentido: o apelo à ordem, à moralidade, à probidade administrativa. O tom do discurso janista era uma garantia coloquial, com uma “gravidade professora!”, com palavras e pronomes dispostos de forma velha, que davam ao brasileiro comum a sensação de que a velocidade da mudança iria diminuir. Além disso, a eficiência dos velhos apelos (a punição sumária, o autoritarismo dos “bilhetinhos”) deixava bastante contentes os muitos adeptos da “civilização do delegado” como chamou uma vez Mário de Andrade.

O leitor vai reclamar: este texto é sobre pensamento militar, e onde estão eles? Os militares concordaram com o governo Juscelino? Apoiaram ou não Jânio? Por que aceitaram Jango se não gostavam dele desde 1954? Enfim, o que aconteceu com os militares desde que Lott garantiu a posse de Juscelino? Vamos às respostas. As informações essenciais quanto ao contexto político foram importantes para que o leitor compreendesse o cenário e a participação dos atores secundários.

## **A ATUAÇÃO DOS ATORES PRINCIPAIS: OS MILITARES**

Durante o governo de Juscelino, principalmente devido à sua habilidade política, as crises militares praticamente desapareceram. Pois incidentes de importância reduzida, Jacareacanga e Aragarças, foram bem contornados, com anistias quase imediatas. É verdade que a tranqüilidade militar tinha duas origens: primeiro, o ministro da Guerra de JK, o general Lott, o profissional, garantia que os militares cuidassem essencialmente de seu cotidiano; segundo, a própria política do presidente e a sua ênfase no desenvolvimentismo.

O presidente era “deles”, do PSD, dos “nacionalistas”, mas, enfim, fazia a “nossa” política: progresso rápido, apoio do capital

externo, coisas em que a turma da ESG sempre insistia. Havia um senão ou outro, mas... o essencial estava sendo cumprido. A imensa maioria da oficialidade das Forças Armadas “cuidava da vida”. De olho nos políticos, no que estavam fazendo, porém só como observadores.

O governo Jânio Quadros tinha uma base udenista e isto significava apoio da ESG. Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel ocupavam cargos de primeiro escalão durante o curto governo janista. Quando da renúncia, como reagiram frente à “ameaça” Jango? A turma da ESG tinha posição formada: nada de posse. Imediatamente o outro lado se agita: garantir a posse. Mais uma vez a hierarquia resolve.

Os ministros militares — fazendo coro com a imensa maioria da oficialidade que se pretendia neutra na questão — após conseguir a concordância de Goulart quanto ao Parlamentarismo que visava a “cortar-lhe as asas”, como se dizia na época, aceita a posse. A turma da ESG teve de “engolir o sapo”. Passou, digamos assim, à oposição planejada, isto é, a trabalhar com hipóteses de enfrentamento (no início, só hipótese). A turma dos nacionalistas autênticos imaginou que chegara a sua hora. Quanto à imensa maioria da oficialidade, esta passou da condição de observadora para a de vigilante atenta.

O resto da história é bastante conhecido. As reivindicações populares, por décadas esquecidas, os problemas insolúveis, as eternas misérias, acuaram o populismo que vinha do governo. Não atendidos, o resultado era, primeiro, o conflito social e, em seguida, o próprio confronto: a greve, as exigências de reforma, até por meios violentos. A inflação, a triste herança recebida por Jango, agravou tudo. (Como manter a proposta populista segurando os salários?) O contexto internacional completou o quadro (é bom não esquecer que 1964 é o ano do incidente do Golfo de Tonkin, que marca o início da escalada norte-americana no Vietnã), ou seja, a Guerra Fria começava a esquentar. Cuba era um fenômeno muito recente. Agravavam-se as tensões. A sociedade brasileira começou a dividir-se. Manter como estava, todo mundo concordava que não poderia. Mas o jeito de mudar é que dividia os brasileiros.

## **OUTRAS PRECIPITAÇÕES QUE CULMINARAM NO 64**

Não é necessário reafirmar que a questão voltou aos quartéis. A turma da ESG se “acendeu” como nunca. A hora era de definições, sem vacilação. Os “autênticos” também pensavam assim. Goulart primeiro tentou a conciliação, mas depois, pressionado por suas próprias

contradições, começou a tender para o lado dos nacionalistas autênticos. Inicialmente, de forma moderada, porém, mais próximo do fim, apoiou as teses mais radicais. Quanto à turma da ESG, esta também não deixou por menos: da oposição planejada passou à conspiração reservada e, depois, à conspiração ostensiva. A radicalização das posições era uma perigosa realidade.

A maioria da oficialidade esperava, acreditava que o Congresso seguraria os radicalismos do presidente Goulart. E segurava mesmo, pois mais de dois terços do Congresso pertenciam à UDN ou ao PSD, ambos absolutamente adversos a tais radicalismos. As greves preocupavam, a agitação política crescia no mesmo volume que o índice da inflação.

O empresariado agitava-se, falava-se o tempo todo em golpe. Da direita contra o governo, da esquerda em seu benefício e do próprio governo que fecharia o Congresso instalando a tão ameaçadora República Sindicalista.

As Forças Armadas como um todo assistiram impassíveis, acreditando que tudo viria a ser absorvido pelo próprio jogo político. Afinal de contas as eleições seriam no ano seguinte — 1965 — com uma certeza absoluta de vitória para os conservadores. Portanto, era só ter um pouco de paciência com aquela agitação toda. Até que as

coisas ganharam uma outra dimensão. E (atenção!) a Revolução de 1964 é filha desta outra dimensão: a quebra da hierarquia, o valor sagrado para os militares.

Ainda em 1963, um primeiro incidente já ocorrera. Uma parcela considerável das lideranças radicais começou a usar a tropa para demonstração de força. Primeiro foram os sargentos, incidente controlado sem maiores conseqüências pela oficialidade. O segundo teve graves conseqüências: em 25 de março, o almirante Mota, ministro da Marinha, emitiu ordem de prisão para o famoso cabo Anselmo que estava querendo formar uma associação de marinheiros. Imediatamente, marinheiros entrincheiraram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Os Fuzileiros Navais — comandados desde fins de 1963 pelo almirante Aragão, de posições ostensivamente radicais —, mandados para a repressão da revolta, confraternizaram-se com os marinheiros, formando um número de mil integrantes da Marinha amotinados.

Era sexta-feira santa. O presidente Goulart abandonou o fim de semana prolongado voltando ao Rio, e “escutou os conselhos”. Assessorado por Raul Ryff e Darcy Ribeiro, tomou uma decisão: demitiu o almirante Mota e nomeou ministro da Marinha o almirante reformado Paulo Rodrigues.

O primeiro ato do novo ministro foi decretar anistia imediata aos revoltosos. As Forças Armadas como um todo acusaram a reação. E a hierarquia? E a disciplina? O Clube Militar, grupo de almirantes, grupo de generais da reserva, lançaram manifestos. “As coisas tinham ido longe demais”, admitiu posteriormente o próprio general Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência da República e principal assessor militar de Goulart.

Porém, a 13 de março de 1964, Goulart, seguindo as propostas mais radicais, fez o Comício da Central, reunindo 150 mil pessoas, um verdadeiro mar de faixas e cartazes antimperialistas, antigorilas, pró-reforma de base, pró-reforma agrária. Para esse público, o presidente assinou dois decretos: o que nacionalizava as refinarias particulares e outro que permitia a desapropriação de terras, para fins de reforma agrária, à margem de rodovias e ferrovias federais. Além disso, anunciava outros decretos: controle dos aumentos de aluguéis, voto do analfabeto e reforma tributária, que seriam posteriormente assinados.

A “resposta” veio muito rápida: organizou-se em São Paulo, a 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, comandada pelo governador Adhemar de Barros que reuniu também, pelo menos, 100 mil pessoas que

pediam ordem e “fora Goulart”. Os militares observavam os fatos.

Por força do próprio caráter da instituição, a reação veio inicialmente da cúpula. A 20 de março, o chefe do Estado-Maior do Exército — que não é um cargo político e, portanto, não depende exclusivamente da vontade do presidente da República, como é o caso, por exemplo, do cargo de ministro da Guerra —, o general Humberto de Alencar Castello Branco enviou um memorando a toda a oficialidade. O principal objetivo do texto era acalmar a tropa, pois compreendia a intranqüilidade e as indagações de meus subordinados, devido aos termos das propostas do Comício de 13 de março.

O documento acentuava que o povo não estava pedindo nenhum tipo de Constituinte e concluía, reafirmando o papel histórico das Forças Armadas como defensoras da ordem constitucional e das leis. Atenção, o documento é de 20 de março, portanto anterior aos episódios que envolveram os marinheiros, que aconteceram em 25 de março, e é assinado pelo general Castello Branco, conhecido por suas posições legalistas, respeitadas em relação à Constituição e essencialmente profissionais. Aliás, é por isso mesmo que Castello Branco ocupava uma posição-chave: a chefia do Estado-Maior (a que efetivamente dirige operacionalmente o Exército



— talvez mais que o próprio ministro, sempre um cargo político).

João Goulart lera o memorando de Castello Branco. Então, por que deu aquela “solução” para o problema ocorrido com a Marinha? Segredos entre o céu e a terra, conselhos mal dados, confiança extremada, perda do instinto de sobrevivência política? A explicação certa, entre as citadas e as não citadas, fica para o julgamento do leitor. O fato, porém, é que a 30 de março Goulart compareceu a uma reunião de sargentos, no Automóvel Clube, discordando da opinião do general Assis Brasil que sabia como a ameaça à hierarquia acabaria sendo recebida pela oficialidade. Era o começo da despedida do poder.

Talvez Jango confiasse no respeito que a figura de seu ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, transmitia para toda a oficialidade. Mas, infelizmente, o general Jair estava internado, operado, impossibilitado de exercer funções desde a semana anterior a toda a crise. O restante da história é muito conhecido. O general Mourão Filho, o mesmo do Plano Cohen, movimentava suas tropas em Juiz de Fora dando início à Revolução. O governo caiu sem nenhuma resistência, ou melhor, um único general com comando de tropa tentou resistir, o general Zerbini, mas foi preso por seus próprios oficiais. A lembrança da

Batalha de Itararé a que não houve — ocorre bem rápida...

Para entendermos bem esta unanimidade contra Goulart, com raras exceções — oficiais imediatamente presos, a maioria por seus próprios comandados — ,é bom lembrar o diálogo telefônico entre o presidente e o seu compadre, o general Amauri Kruell, comandante do Segundo Exército em São Paulo, sem o qual inviabilizaria a Revolução. O general foi taxativo: condenar as greves políticas, com a permissão para intervenção em sindicatos em caso de desobediência, enfim, a aplicação de lei existente. Isto seria o suficiente. Com esta posição, Kruell faria o golpe reverter. A negativa de Goulart foi decisiva. Atenção ao que, de fato, provocava o golpe: medo de não ver a lei cumprida. Se o presidente aceitasse os termos de Kruell, o general sabia que a maioria da oficialidade refluiria, retornaria à observação, O “barulho” ficaria por conta da turma da ESG, mas o grosso da oficialidade escolheria mesmo a posição de vigilante atento. Enfim, Goulart não concordou, e a Revolução se fez. Algo assim inglória, porque sem resistência, quase sem inimigo.

## **O DIA SEGUINTE**

Bom, prisão de deputados trabalhistas muito aguerridos, de líderes sindicais e também dos

oficiais da “outra turma”. Quanto ao poder, de fato o governo caiu, a Revolução venceu. Mas quem deveria ocupar o posto supremo? O General Mourão (afinal foi ele quem começara)? De maneira alguma. Os políticos que ajudaram a conspiração, os udenistas históricos, sonhavam com um serviço rápido: os militares saem do quartel, “destronam” Goulart, são cumprimentados efusivamente e voltam às suas funções (lembra-se do Osvaldo Aranha apresentando o Góes Monteiro ao Getúlio: o “técnico”?).

Cedo, bem cedo mesmo, os políticos acordaram do sonho, ou melhor, foram acordados. A Revolução era militar, de comando militar antes de tudo. E se alguém ia voltar às suas funções seriam os políticos, para suas querelas infundáveis, pois, quanto ao poder...

Desde o primeiro momento, os militares, os novos donos do poder, deixaram tudo bem transparente para que ninguém duvidasse. Nem mesmo, ou principalmente, os governadores dos Estados: São Paulo (Adhemar), Minas (Magalhães Pinto) e Guanabara (Lacerda). Chegara a hora dos atores principais. Eles é que iriam fazer o espetáculo.

A exclusão dos civis do comando era ponto pacífico. Ainda a 19 de abril, um outro general

“sentava-se na cadeira” de ministro da Guerra do novo governo: o general Arthur da Costa e Silva. Por que ele? Simples, era o general mais antigo em comando e, portanto, pelo critério tradicional da antigüidade, “achou-se” plenamente no direito.

Costa e Silva era um velho militar, bom aluno em todos os cursos desde a Academia. Muito simples, pouco dado à leitura, gostava de jogar e de cavalos, muito camarada com seus pares. Enfim, um oficial típico, de um perfil mediano bastante comum, que fazia questão de passar uma imagem sem pedantismo, sem arrogâncias maiores, sem intelectualismos extremados. Com a concordância de grande maioria da oficialidade, “sentou-se na cadeira”.

A turma da ESG não gostou, não era bem isso que pretendiam. Era o momento de pôr em prática os planos de, enfim, praticar as teorias por anos elaboradas; a Revolução coroava as velhas pretensões da Escola Superior de Guerra. Era a vez dos intelectuais, estrategistas geopolíticos, não de um “sargentão sem compostura”. A guerra começava...

## **A ESG NO PODER: CASTELLO BRANCO**

Se o pessoal da ESG perdeu a cadeira de ministro, não perdeu a de presidente. Os jornais

começaram a receber biografias logo depois do golpe. Os políticos começaram a dar provas de que esse general sim tinha amor pela legalidade. Até que os próprios governadores acabam por se “convencer” de que ele é mesmo a melhor opção: Humberto de Alencar Castello Branco.

De fato, esta ocupação do espaço político, este criar um fato consumado, enfim fazer o primeiro Presidente da Revolução foi mesmo obra de Golbeiy; evidentemente ajudado, sustentado por toda a estrutura da ESG. Castello tinha ostensivas inclinações constitucionais — pretendia ser o primeiro e único presidente “emanado” da Revolução. Para limpar o País — o pedido unânime da oficialidade — isto é, cassar os deputados muito oposicionistas ou muito janguistas, prender os líderes sindicais que antes tivessem dado muito trabalho e reformar todos os oficiais não confiáveis, Castello editou o Ato Institucional, assim mesmo sem número, pois pretendia que fosse único e por tempo de vigência limitado. Porém, era um homem da ESG, acreditava em seus princípios essenciais. O seu discurso de posse, ainda em abril de 1964, destacava alguns elementos — o papel das elites: demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá; a questão do trabalho: a revolução não foi feita contra o direito dos trabalhadores; quanto a método de desenvolvimento: precisaremos de capitais nacionais e estrangeiros; quanto à

proposta política: uma revolução sem donos. Frente à primeira oposição parlamentar às suas medidas, mandou um recado para qualquer entendedor: (...) *a Revolução, no entanto, é definitiva e, com os cursos d'água, abrirá o seu caminho inelutavelmente (...)*. Sem dúvida, um recado eficiente.

Castello no poder pôs em prática uma política econômica recessiva, bem ao gosto dos banqueiros internacionais que passaram a não mais negar recursos; enquadrou o País em uma dinâmica nova de trabalho, esforço, sacrifício etc., mas manteve o jogo político.

Congresso funcionando, imprensa mais ou menos livre, partidos políticos e todo o restante das regras institucionais. Este quadro acaba sempre significando descontentamentos, amuos, broncas publicadas, enfim, oposição, às vezes mais fraca, outras, mais forte, mas sempre oposição. (Lembram-se do primeiro parágrafo deste capítulo: a década dos anos loucos? Tinha mais este aspecto também.) A contestação à ordem vinha de fora, como perigoso exemplo. Quando juntavam as coisas, o interno e o externo, muita gente ficava preocupada.

Estas preocupações alcançavam principalmente uma parcela significativa da oficialidade. Afinal de contas, houve uma

Revolução, vitoriosa. Suas ordens eram para ser cumpridas e não para ser discutidas. Essa parcela dos militares não entendia bem para que Congresso, partidos de oposição, imprensa contra, se o que valia mesmo eram “as razões da Revolução”. E o presidente Castello, que não compartilhava dessa opinião, insistia em Congresso, partidos de oposição. Começava uma séria divisão, essencialmente política.

Quanto à economia, tudo bem, esse era o caminho: pôr ordem na casa. Mas quanto ao resto? Os militares revolucionários concordavam na sua totalidade com os princípios de Segurança e Desenvolvimento. Aliás, de nenhuma maneira localizavam essa chamada como “coisa da ESG”. Sempre aprenderam isso, em todos os cursos que fizeram. Afinal, a “Doutrina Góes” pegou em todo mundo que chegou ao oficialato depois do Estado Novo.

A ESG aprimorou a Doutrina, mas todos os oficiais que ficaram no Exército depois da Revolução de 1964 — tivessem feito ou não curso da ESG — concordavam com os princípios básicos propostos pelo general Góes Monteiro. Portanto, a questão era mais complicada e não se resumia aos amigos e inimigos da ESG. O Exército começou a se dividir entre os oficiais que concordavam com os métodos castelistas de governo e os que não concordavam. Quanto a

estes últimos, muito difusos, distanciados, separados, estavam à espera de uma causa ou de um líder que os unificasse. Quanto aos castelistas, estes tinham um ponto em comum: os princípios da ESG.

O primeiro choque, ou a primeira “causa” que vai começar a provocar a unificação dos — vamos chamar assim, por enquanto — anticastelistas, é a realização de eleições diretas para presidente, como mandava a Constituição. Realizar eleições era, de fato, dar um prazo para a Revolução. Nada garantia que o eleito continuaria os princípios revolucionários. Disto se concluiu que nada de eleição.

Castello reage, mas o grosso da oficialidade, perceptível maioria, a olho nu, exige a “prorrogação oficial e revolucionária” do mandato que deveria encerrar-se em janeiro de 1966. A prorrogação tinha um outro sentido também: acabar com qualquer pretensão dos civis a voltar ao poder de fato.

Quanto ao poder estadual, municipal, os mandatos se encerrariam, as eleições deveriam ser realizadas em 1965. Outra causa, para os anticastelistas, eleições indiretas ou melhor, indicações mesmo, “emanadas do poder revolucionário”. Castello reagiu, enquadrou os candidatos perigosos e fez, pelo menos, as



eleições estaduais diretas. O governo ganhou quase tudo, pois as duas únicas vitórias da oposição — Guanabara (Negrão de Lima) e Minas (Israel Pinheiro) — eram, na verdade, dois grandes amigos pessoais do presidente. Um observador apressado garantiria o sucesso da estratégia de Castello. Observador apressado, porque nuvens se formavam e rapidamente veio uma boa tempestade.

## **AS PRESSÕES DA LINHA DURA**

Apareceu um bom pretexto. A grande maioria da oficialidade de fato não gostou nem um pouco daquelas duas vitórias oposicionistas, mesmo com todas as garantias do presidente. Começou a conversa de que estas eleições significavam um julgamento da Revolução e isto era inadmissível. Da difusa imagem de anticastellistas, toda essa significativa parcela da oficialidade começou a ser chamada do que eram mesmo: a linha dura, a primeira defesa, os puros quanto aos princípios revolucionários.

A causa os uniu: era absolutamente necessária uma nova defesa pública, ostensiva, truculenta mesmo, da Revolução. Era preciso arrancar de Castello um novo Ato Institucional, este com número, o segundo que pressuporia um terceiro ou quantos fossem necessários. Para a eficiência da pressão criaram uma entidade

mítica, sem nome, sem endereço, sem telefone, sem comando — o SISTEMA —, mas que todo mundo sabia que existia, que pressionava, que fazia valer sua opinião. Principalmente sobre o presidente.

Veio o Ato Institucional nº 2. Por razões da Revolução, ficava determinado o seguinte: projetos oriundos do Executivo têm um prazo para ser votado pelo Congresso, caso contrário fica aprovado por decurso de prazo; permissão para que a Justiça Militar passe a julgar civis; as eleições presidenciais são definitivamente indiretas; o presidente volta a ter permissão para cassar mandatos; estão extintos todos os tradicionais partidos políticos. Foi um “Deus nos acuda”, O País inteiro começou a entender que a Revolução veio para ficar. É importante perceber que o AI-2 foi muito mais destruidor da ordem constitucional do que o famoso AI-5. Ele marcou ostensivamente a perda de qualquer controle dos “esguianos” e de seus políticos amigos do controle do processo revolucionário. Marcou efetivamente o controle dos militares, sem identificações maiores, sobre a Revolução. Foi a vitória, a primeira e a maior do “sistema”. De fato, a partir do AI-2 a sorte estava lançada..

Mas como Castello, o liberal, o constitucionalista, aceitou assinar o Ato? Uma rima da época falava em Ato em troca de

mandato. E era mais ou menos isto mesmo. Os famosos “jovens oficiais” sempre não identificados, os famosos “coronéis em comando”, também não identificados, os famosos “oficiais superiores”, todos exigiam ação revolucionária quando da vitória de Negrão e Israel Pinheiro, em outubro de 1965. Mero pretexto, como já vimos. Os votos estavam sendo contados no Maracanã e todos já sabiam da vitória da oposição. Os tanques da Vila Militar ligaram seus motores. Alguns deles chegaram a pôr o nariz na rua. O destino era o Maracanã onde as urnas seriam queimadas. Depois... até o Palácio das Laranjeiras onde “saudariam” o presidente. Se este não concordasse, seria deposto.

Costa e Silva correu em socorro de Castello. Era demais. Seria uma quartelada no melhor estilo latino-americano. Com sua autoridade de velho general, Costa e Silva segurou os tanques, acalmou a oficialidade, salvou o mandato do presidente e ganhou duas vitórias: passou a ser a liderança incontestável da linha dura, ou do sistema; e passou a ser uma espécie de “fiador” do mandato de Castello, uma dívida que seria cobrada logo depois.

## **REVOLUÇÃO MILITAR COM CARA DE DEMOCRACIA**

Por uma destas características muito estranhas, a Revolução militar brasileira queria parecer democracia. E em democracia se troca de presidente de tanto em tanto tempo. É verdade que isto era uma boa desculpa para tirar-se do poder quem não estava agradando. Mas havia toda uma intenção de parecer democracia, o que perdura por toda a Revolução. Talvez tenha razão o professor Jesus de Galindez, citado em um livro de Oliveiros S. Ferreira, que, estudando a ditadura de Trujillo, aponta o fato de que as tiranias latino-americanas têm um aspecto estranho: procuram sempre respeitar a forma da democracia, sacrificando a essência da liberdade. Guardadas as devidas proporções, a imagem do professor Jesus é bastante feliz. O período de Castello deveria terminar. Abriu-se a sucessão, a disputa pelo cargo. O AI-2 especificava: eleição indireta. Desde os finais de 1965, com os episódios das urnas, havia um candidato: Costa e Silva.

Em janeiro de 1966, Costa e Silva embarcou para uma viagem à Europa, com um aeroporto lotado de oficiais das três armas. Era uma ostensiva demonstração de força da candidatura, frente a uma ameaça de Castello Branco de demitir “seu” ministro da Guerra. A resposta aos jornalistas foi uma provocação, foi quase um discurso de posse. Bem ao seu estilo, franco e simples, Costa e Silva afirmou com todas as

letras, olhando para aquele imenso número de oficiais: “vou ministro e volto ministro”. E tenho dito.

Dessa data em diante foi só preparar o Ministério e a festa para o dia da posse. A turma da ESG tentou de tudo para impedir. O sistema anulou todas as tentativas. A única que prosperou foi a aprovação de uma Constituição, de fato emanada dos poderes revolucionários, com a pretensão de limitar a ação do futuro governo costista que começaria em março de 1967.

Vamos entender bem as diferenças entre duas formas de exercício de poder vindas da mesma revolução. O governo Castello Branco tinha alguns princípios: havia um projeto de desenvolvimento para o futuro, mas o momento era ainda de sacrifício, de recessão. Chegaria a hora do desenvolvimento mas ainda era a hora do combate à inflação. Por outro lado, o Brasil pertencia ao mundo ocidental, portanto, pouca conversa de política internacional independente. Quanto à política, era preciso legitimar a Revolução, como uma defesa para o bom funcionamento das instituições democráticas.

O governo Costa e Silva partia de premissas bem diferentes. Primeiro de tudo: chegara a hora do desenvolvimento — começava a era Delfim

Netto —, contrariando os banqueiros internacionais, o que acabou provocando uma política internacional mais independente. Quanto a legitimar a Revolução, o método dos costistas partia de outros princípios: era necessária uma mobilização política, primeiro das camadas medias que seriam beneficiadas diretamente pelo desenvolvimento e, depois, das massas. Quanto à oposição havia um bom remédio: a repressão, bem organizada, eficiente e, se necessário, violenta. O leitor deve ter percebido o tamanho das diferenças, os distintos jeitos de ver as coisas entre costistas e castelistas.

Contudo, Costa e Silva assumiu o governo tentando levar seu próprio estilo pessoal para o exercício do poder: a imagem da simplicidade, do “bonacheirão”. Durou pouco tempo. A temperatura política subiu demais a partir de 1968, com o crescimento do movimento estudantil, o começo das guerrilhas, a oposição parlamentar. Frente a toda esta ebulição, o general Jaime Portela, ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, conseguiu uma mudança básica: a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional de fato assume o País.

Esse órgão dividiu-se em subchefias, vinculadas aos assuntos atinentes à Segurança Nacional: a de Assuntos Políticos, a de Assuntos

Econômicos, a de Assuntos Psicossociais e a de Assuntos Militares. A primeira subchefia cuidava da política interna e externa. A segunda, de todo o complexo econômico, desde a produção industrial e agrícola até transportes e energia. Na psicossocial cabia desde sindicalismo, arte, religião, até toda a educação. Quanto à quarta subchefia, esta cuidava do caráter operacional das Forças Armadas.

O País de fato passara a ter um comando militarizado, de fato maior que o Ministério, era esse o verdadeiro conselheiro do presidente. Dessa conquista do general Jaime Portela até o AI-5 foi só um passo. Incidentes iriam facilitar a chegada do triste Ato de dezembro de 1968. Mas (atenção!) são só incidentes, porque o caminho estava traçado desde a criação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

As disputas internas entre os próprios militares, envolvendo costistas e castellistas acentuaram-se. Porém é preciso muito cuidado com os rótulos. Nem os castellistas são recessivos absolutos, nem os costistas desenvolvimentistas absolutos. A conjuntura internacional forçou em muito as opções de política econômica de cada um deles. Outro rótulo é em relação aos conceitos liberais de um e de outro. Os políticos mais liberais do velho PSD, os que mais criticavam o autoritarismo de Castello, foram os que deram

apoio à candidatura Costa e Silva. Talvez cegueira política, talvez velhas rixas partidárias, pois Castello protegia os políticos udenistas, os arquiinimigos, mas talvez fosse mesmo crença na camaradagem, na simplicidade do velho general, acreditando que “com este acaba a Revolução”. Ironias à parte...

E quanto às heranças? Quem são os filhos ideológicos dos estilos Castello Branco e Costa e Silva? Um apreciava festas, barulho, cavalo e pôquer. Outro, o professor, apreciava a leitura, as grandes questões teóricas. Um admitia a divisão do poder, outro imaginava a responsabilidade individual do chefe como premissa. Precisamos dizer mais, saíram “a La Costa e Silva”: Médici e João Figueiredo; “a la Castello”: o circunspecto Geisel. O estilo é o homem? A oficialidade os acompanhou? Por que a Revolução oscilou tanto quanto ao tom? Quem definia a música era a orquestra ou só a batuta do maestro, ou seja, a Presidência, supremo posto hierárquico? Se era assim, por que quando a batuta estava na mão de Médici, de um estilo, este escolheu Geisel, do outro? Quantas dúvidas! Vamos a algumas respostas.



## **VII**

# **POR QUE A UNIDADE É SEMPRE O TEMA DOS DISCURSOS MILITARES?**

Não se pode tirar conclusões apressadas, dizendo que metade do Exército era costista e outra metade castellista e eles se alternavam no poder, enquanto durou a Revolução. Nada mais enganoso. É preciso ter bem claro que a imensa maioria da oficialidade tem uma preocupação essencial: obedecer ordens, cumprir a carreira. São treinados para isso desde o primeiro momento em que pisam na Escola Militar. E, portanto,..., batem continência ao superior, na rígida escala do tenente ao general de divisão... Para a maioria da oficialidade o duelo de perspectivas entre Costa e Silva e Castello Branco tinha uma importância relativa, era uma questão maior que pouco interesse despertava entre uma maioria de oficiais que preferia “cuidar da vida”.

O fenômeno não era novo no Exército. Com os positivistas, com os tenentes, com a luta nacionalista, ocorreu o mesmo processo: “meia dúzia” de declarados que fazia um grande barulho. O grosso da tropa preferia uma silenciosa observação. É verdade que essa

“maioria silenciosa” sempre manda o seu recado, determina-se por esta ou aquela posição, mas isto não quer dizer que se envolve, que se atira de corpo e alma na defesa de uma posição. Quando muito, vota nela, em silêncio, sem maiores alardes. Agora, posicionar-se ostensivamente é uma íntima minoria que o faz. E isto acontece em qualquer profissão, em qualquer instituição. Não seria diferente com as Instituições Armadas.

As posições do que chamamos de “sistema”, tão importantes, tão “fazedoras” de decisões, depois da Revolução eram consensuais, isto é, era absolutamente visível, a qualquer um que quisesse ver, qual era a opinião dessa maioria. Porém, essa opinião majoritária era sempre cuidadosa, quase sempre conservadora ou a mais próxima possível do senso comum. E quando falamos de pensamento militar, o modo de ver as coisas da “maioria silenciosa” da oficialidade, é preciso que não se confundam ações de liderança com vontade da maioria para que não se cometam erros de avaliação. Esta ressalva, que vale para qualquer instituição, é bem mais agravada na instituição militar devido à existência da hierarquia.

Toda esta conversa de liderança, maioria e hierarquia, é muito importante para entendermos o período em que os militares ocupam plenamente, absolutos, o poder do País. O rumo

que a Revolução toma, as opções essenciais ou, principalmente, cada processo sucessório, era uma decisão das lideranças. Observem bem o plural: lideranças, portanto, mais de uma e possivelmente pensando de formas diferentes.

Algumas imaginavam certa rota para a Revolução e certo general de Exército como presidente; outras, outra rota e outro general. Quanto à maioria da oficialidade, esta fica olhando e observando. Porém, de vez em quando a briga pega fogo e cada grupo de liderança começa a contar vantagens, assegurando que tem a maioria a seu lado. Entre os civis, este papo todo de liderança brigando, disputando a preferência da maioria, é absolutamente natural e às vezes chamamos isso de política. Mas, dentro de um quartel, essa disputa pela maioria é muito perigosa. E se um tenente convence melhor que o general, como é que fica a tal da hierarquia? Como é que fica a disciplina?

## **O DRAMA DA SUCESSÃO**

A sucessão de Castello Branco, em 1966/67, foi o drama do qual já tratamos. Na sucessão de Costa e Silva, as coisas complicaram ainda mais pela chegada da doença, o impedimento do presidente, em agosto de 1969, que antecipou todo o processo. Desta vez, as ambições andaram à solta mais do que nunca. Quase todos os

generais com comando, na época, “achavam-se no direito”. Quanto a idéias, programas, projetos, estes importavam pouco; eram mesmo as ambições pessoais que contavam.

Os grupos ideológicos estavam razoavelmente desarticulados. Os castelistas encontravam-se mais ou menos dispersos: a perda do poder para os costistas, a perda da hegemonia até mesmo na Escola Superior de Guerra e, principalmente, o falecimento de Castello, em março de 1967, em um desastre de aviação, tinham provocado, digamos assim, uma dispersão da liderança do grupo. Quanto aos costistas, estes eram muito mais difusos; agrupavam alas mais ou menos reunidas no apoio à figura de Costa e Silva: os nacionalistas de extrema direita, os adeptos do furor revolucionário repressivo, os adeptos do desenvolvimento com (mas não da ESG) etc. Com a doença do presidente, cada uma destas alas pensou por si mesma, bolou seu próprio líder e tentou impor para todo o Exército. Foi um Deus nos acuda...

A Junta Militar que ocupou o poder quando do impedimento do presidente Costa e Silva — dando um “chega se pra lá” histórico no vice-presidente constitucional — tinha ele um caráter absolutamente interino, transitório. A Junta simplesmente tentou encaminhar o processo sucessório. A ala dos nacionalistas extremados

apressou-se em lançar um seu general de três estrelas, com experiência de poder — Afonso de Albuquerque Lima, ministro do Interior de Costa e Silva. O pessoal do desenvolvimento apressou-se também; se a hora não era para generais ultra-estrelados, por que não um coronel da reserva, com um apetite de poder insaciável — Mário Andreazza? Quanto ao pessoal de furor revolucionário, este ficava em ameaças constantes de um assalto fulminante ao Palácio (o que tirava o sono do general Jaime Portela), mas não tinha nenhum líder absoluto, ou talvez não se conseguisse organizar para tudo. A turma de Castello, sentindo a sua fraqueza naquele momento — fraquezas de suas idéias institucionais, pois o terrorismo andava nas ruas (era 1969) e o Exército sentia-se ameaçado como um todo —, preferiu refluir, observando, vigiando atentamente o processo sucessório. As candidaturas estavam postas, mas a quem entregar o trono?

## **SOLUÇÃO: UMA ESTRANHA ELEIÇÃO**

Deixar que todos os generais da ativa, com comando, votassem escolhendo um entre eles para o trono, seria a solução Convenhamos, era uma democracia meio esquisita. Mas salvava o valor maior: a hierarquia, pois pelo menos só

votavam os generais. O bom livro do jornalista Carlos Chagas — *A Guerra das Estrelas* — conta os resultados: Médici, 10 votos; Orlando Geisel, 8 votos; Muricy, 6 votos; Albuquerque Lima, 5 votos; Ernesto Geisel, 1 voto.

Para entender por que um general, que até agora não aparecera na história e era bastante inexpressivo como participante político, foi o escolhido, é preciso lembrar aquela conversa de “maioria silenciosa”, da distância dessa maioria, dos posicionamentos muito ostensivos. Carlos Chagas, no livro de que falamos acima, diz que Médici foi escolhido por ser o mais obscuro. Talvez o jornalista tenha bastante razão.

Terminada a “eleição”, veio a posse. Repetiu-se o espetáculo: chamou-se a Arena, reabriu-se o Congresso e fez-se o jogo de cena. Dois detalhes; primeiro: o resultado da eleição indicava uma forte tendência para os irmãos Geisel, principalmente Orlando (vamos à conciliação: Médici na Presidência, Orlando Geisel no Ministério do Exército); segundo: o discurso de posse de Médici fala em democracia, em parlamento, em conciliação. Pressão da turma de Castello Branco? Vontade mesmo de devolver o poder aos CIVIS pelo susto que levaram de quebra da unidade? Ou por pura ironia? O leitor decide.

Porém, Médici gostava de futebol, dos amigos, de jogar biriba. Quanto ao poder... Dividiu o governo em 3 conselheiros. Quanto à política, ficou a cargo de Leitão de Abreu. A economia para Delfim Netto, e o Exército, os assuntos militares, para Orlando Geisel. Assim, dividida a tarefa, o presidente tinha o seu sossego garantido. Foi uma era de desmandos absolutos, da repressão mais enlouquecida, do crescimento econômico mais desordenado. Tudo junto, como uma imensa sopa enfiada goela abaixo da Nação.

Quando o mandato terminou, um ano antes (1973) sem que o Brasil tivesse percebido, uma mudança explosiva internacional tinha acontecido: a crise do petróleo, denotativa de uma mudança radical da ordem capitalista. O capitalismo passava da absoluta prosperidade do pós-guerra para a hora da contenção, da economia para os ricos e da miséria para os pobres. O Brasil, bem censuradinho, continuava uma ilha de paz e tranqüilidade. Porém, a turma de Castello aproveitou bem o momento: maximizou os desmandos, exibiu as falhas para toda a oficialidade, preparou o clima.

Com o controle do posto hierárquico básico, o Ministério do Exército, criou o fato consumado da escolha de Ernesto Geisel para o próximo mandato. Médici “escolheu”, sem nenhuma participação, depois até de tentativas de

prorrogação, imediatamente detidas pelo próprio Médici; depois de “oferecer a cadeira” a Orlando. A cadeia hierárquica foi preservada, muito mais pela habilidade dos castelistas, ou melhor, pela habilidade de um dos castelistas: Golbery do Couto e Silva, um especialista na arte de criar fatos consumados. Quando a oficialidade percebeu, quando os velhos inimigos acordaram, Ernesto Geisel, já estava “ungido”.

O processo não se iria repetir. Dera certo uma única vez. O governo de Geisel privilegiou sua turma, os castelistas voltaram em um bloco ao poder. Da mesma forma que a turma do Castello foi pega de surpresa na eleição de Costa e Silva, na eleição de Geisel deram o troco, repetindo o método.

Quanto ao governo, Geisel fez o mais “prussiano” de todos os governos republicanos. Prussiano bem no sentido do papel que o Estado passa a representar para o desenvolvimento do País. É verdade que, se por um lado nunca se deu tanta força às empresas estatais, por outro, o País conheceu o maior desenvolvimento de sua história em indústrias de insumos básicos, em vários setores, principalmente; o que irritou sobremaneira os norte-americanos (não só pelo Acordo Nuclear de 1975 com a Alemanha), mas isso é outra história.



Quanto à política interna, Geisel foi bem “esguiano”, pensou o tempo todo em institucionalização, preservando uma perspectiva de Estado autoritário. Sem dúvida nenhuma, usou toda a sua autoridade presidencial (ou seria o grande conhecimento do Exército do seu irmão Orlando?) para enquadrar o “sistema”, tirá-lo de cena, impedir sua ação. O método foi privilegiar a hierarquia: todo o poder ao Alto Comando do Exército, formado por 10 generais de quatro estrelas, uma alta cúpula da Força. Chega-se a general de Exército através de uma escolha presidencial; o método foi ir eliminando os opositores ao longo do tempo, burocraticamente, por simples determinação funcional. E quando Geisel precisou, o Alto Comando era todo “seu” — que o diga o general Silvio Frota, o ministro do Exército desde a posse do governo.

## **DRAMA EM DOIS ATOS: DEMISSÃO DE FROTA E ESCOLHA DE FIGUEIREDO**

Mais uma vez o problema era a sucessão. Parecia a todo mundo que o escolhido pelo pessoal do Palácio era o general João Figueiredo, o homem do SNI (Serviço Nacional de Informações). Seria o tão ambicionado continuísmo (não é mesmo general Golbery?). Porém muita gente queria o posto e a mosca azul

picou o desambicioso, o profissional — e por isso mesmo escolhido para ministro — o general Silvío Frota. Este general não era esguiano e, obrigatoriamente, deveria haver um equilíbrio de poder quando da escolha de Geisel, pois este era da turma de Castello.

O pessoal que perdera o poder com Geisel “trabalhou a picada da mosca” do general Frota. Articularam, chamaram políticos para o seu lado, e até mesmo assumiram ostensivamente a articulação. O general Jaime Portela — lembram-se dele? — abriu um “escritório eleitoral” pró-Frota em Brasília. Era demais. Iria se repetir, outra vez, o episódio Costa e Silva: o ministro do Exército iria virar presidente de qualquer modo. Mas Geisel não era Castello, o professor, o presidente chamou seu ministro chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu — um oficial conhecido por seu desempenho pessoal, um herói da FEB e de outros feitos — e com ele articulou a derrubada de Frota. A coisa foi fulminante: usando um dia feriado, com tudo parado, Geisel chamou Frota às 8 horas da manhã e o demitiu, ocorrendo até mesmo uma violenta discussão entre ambos. Frota saiu do Palácio do Planalto, foi até o “Forte Apache”, como é chamado o prédio do Ministério do Exército em Brasília, para “usar” o seu cargo de ministro. Era tarde demais. O general Hugo Abreu fora bastante competente. Tudo já estava articulado,

os comandantes dos quatro exércitos avisados e comprometidos com o presidente, sendo um deles o general Belford Bethlem, o escolhido para ser ministro do Exército.

A coisa toda foi rápida demais. E se Frota pensou em reação, mediu bem as conseqüências, pois se eram “seus” o Batalhão de Polícia do Exército, o Batalhão de Guarda e o 32º Grupo de Artilharia de Campanha, todas as demais unidades de Brasília tinham sido bem contactadas por Hugo Abreu e “fecharam” com o presidente.

O jornalista Carlos Chagas, em seu livro, conta que, no entanto, a coisa foi decidida mesmo pelo general França Domingues, comandante da III Brigada de Infantaria, casado com uma filha do general Orlando Geisel. E o jornalista tem razão. Esse general Domingues mandou vir tanques de uma de suas unidades de comando em Goiás, o 43º Batalhão de Infantaria Motorizada, e os estacionou na fronteira de Brasília. Este era um fator decisivo: tanques para impedir qualquer tentativa de tomada do Palácio do Planalto. Mais uma vez as relações pessoais decidem muita coisa. Frota tomou o caminho do “pijama” e Geisel passou a reinar absoluto. Por que o general Hugo Abreu, que não era “esguiano”, agiu assim? Pretendia apoiar a candidatura Figueiredo?

De modo algum. Hugo Abreu fez o que fez porque arrancara a Geisel que este não tinha candidato. Ainda não era a hora, e Frota estava usando a instituição para a “sua candidatura”. Tudo bem, Hugo Abreu não concordava com isso e articulou a derrubada de Frota. Porém, concordava muito menos com a candidatura Figueiredo. O pessoal do Palácio, livre do seu maior inimigo, o ex-ministro do Exército, passou a articular seu candidato sem oposição. Quando Hugo Abreu acordou, João Figueiredo já estava “ungido”. Só lhe restou também o caminho do “pijama”. Tentou reclamar, articular contra, mas era 3 estrelas e, quando chegou a hora da promoção, sobrou-lhe o ostracismo, até mesmo com uma certa humilhação.

Bom, tudo era festa, havia um “rei novo”. Qual era a sua posição: turma de Castello ou turma de Costa? Havia um pequeno probleminha, a situação real do País: ameaça de subida incontrollável da inflação, pagamento da dívida externa, estatização demasiada, uma crise internacional daquelas, tudo junto. Não dava muito para ficar dividindo internamente, pois o pessoal do público externo, isto é, o “rebanho de civis”, estava reclamando demais. A oposição, a consentida, tinha até arranjado um general para o seu time — lembrem-se do Euler Bentes Monteiro? Estava meio perigoso dividirem-se entre si. Que tal uma proposta de conciliação?

Todo mundo junto, no Ministério do João, castelistas e costistas?

Como todo mundo sabe, não durou muito tempo. Figueiredo acabou fazendo uma opção lamentada, e muito, por Geisel e Golbery: “Não conhecíamos bem este rapaz”. Era só uma meia-verdade pois, se os castelistas foram “expulsos” do poder — e o episódio do Riocentro o divisor de águas entre os dois times —, o João acabou dando guarida às suas teses esguianas: manutenção da imprensa livre, anistia, eleições diretas para governadores, todo poder ao Alto Comando, democracia resguardada.

## **A SUCESSÃO DE FIGUEIREDO. FIM DO ESPETÁCULO?**

Quando chegou a hora da sucessão, a “onça bebeu água” outra vez. Quem deveria ser o escolhido? A turma do Palácio, desta vez a turma do João, pensou, sem muita novidade, no general Otávio Medeiros, do “velho” SNI. A divulgação — tão inexplicada — do caso Baumgarten acabou com a tentativa de candidatura.

O fato é que a situação do País pesou, e muito. Os anos de recessão acabaram com o mito da segurança/desenvolvimento. A tão famosa ordem capitalista internacional também deu o ar de sua graça: a dívida deve ser paga, mesmo

pelos países amigos. A ameaça comunista que justificara tanta coisa tomara-se hilariante. A miséria, o empobrecimento das camadas médias — o poderoso sustentáculo do regime — provocou um interessante distanciamento. O mesmo vidro de automóvel em que estiveram coladas frases ufanistas como “Brasil: ame-o ou deixe-o”, agora ostentava um furioso pedido de eleições diretas. As Forças Armadas compreenderam bem que o clima mudara. 20 anos se passaram desde a Revolução e muita coisa estava diferente no País.

É verdade que os militares sabiam muito bem que se eles quisessem impor um candidato deles, com toda a certeza, teriam êxito. A desarticulação da sociedade civil brasileira era um fato. Mas o problema era quem? Fazer outra eleição “a la Médici”? Era impossível, o fato pertenceu a um determinado contexto histórico que não existia mais. O descontentamento frente à situação econômica, as freqüências das denúncias de corrupção tiraram dos quartéis uma unanimidade: os civis são perigosos, incompetentes. Se era incontestável a desarticulação da sociedade civil, seria incontestável também o risco à hierarquia, à tão falada coesão, se aparecesse alguma candidatura militar, falando em nome da oficialidade.

Os militares voltaram aos quartéis. Por quê? Vamos propor hipóteses de análise. É importante

repetir a primeira delas. O medo da quebra de hierarquia, em nome dela, que em um razoável consenso os militares concordaram em um refluir da Revolução. Em uma frase: não é que o “sistema” acabou de vez, simplesmente a maioria da oficialidade voltou às suas origens; voltou à condição de observador atento. Tantas foram as denúncias de corrupção, tantos erros se fizeram “em nome da instituição”, que os seus próprios membros escolheram a volta para dentro, algo assim como uma busca de identidade perdida.

É preciso entender a formação, os valores inculcados desde a Academia para compreender como pegava mal a ação política, o “falar uma coisa querendo dizer outra”, o envolvimento quase ostensivo de alguns na corrupção, entre os oficiais. Falamos da imensa maioria, mais uma vez, dos médios, da massa da oficialidade.

Uma outra hipótese para explicar a “volta” é que a Revolução foi feita para o desenvolvimento. Em 1964, o País estava bastante atrasado e os militares falando em progresso. E este objetivo foi alcançado — se para o bem ou para o mal, isto é outra conversa — o País cresceu, desenvolveu-se (embora sem acreditarmos nesta estória de oitava economia do mundo, pois isto é meramente um aspecto quantitativo) chegou a um estágio tecnológico avançado. Porém o mundo mudou, a tecnologia mudou. Chegamos às chamadas

tecnologias de ponta de grandes renovações científicas, exige dinheiro — que não temos —, estrutura de pesquisa — que também não temos. Onde deu para chegar, chegamos... Daqui para frente é preciso ser potência mesmo, de verdade, não segundo time.

Pedimos que o leitor reflita um pouco, pensando na ansiedade soviética ou europeia por consumir tecnologia americana ou japonesa que eles não conseguem produzir. Um bom exemplo disso é a indústria bélica brasileira, excelente espelho do desenvolvimento tecnológico do País, até certo ponto... Para produzir o avião ultramoderno, o foguete ultramoderno, o tanque sofisticado, precisamos pular de estádio tecnológico, e não dá. O que conseguimos, no atual estádio de avanço da pesquisa do País, produzimos, raspamos o limite; daí para frente é outra conversa.

Será que os militares não perceberam esses limites? Será que não perceberam que o sentido de manterem-se no poder era a busca do desenvolvimento, e isto ficou difícil pelo limite tecnológico? Para que o desgaste do exercido de poder? Quando o desenvolvimento técnico da pesquisa do País permitir uma outra era de desenvolvimento, “nós” voltaremos para promovê-la. Será?



A hipótese certa fica exclusivamente para o julgamento do leitor. Nós permanecemos com algumas dúvidas. Por que foi possível que um único segmento da sociedade, que deveria cuidar da defesa somente, tivesse tal importância na história contemporânea brasileira?

Na introdução deste livro falamos da associação da idéia de militar com a idéia de força, de poder, chegando a dois mitos: para uns, deuses; para outros bichos-papões. Por que se construiu na cabeça da gente esta associação? Temos uma resposta rápida: existe algo assim entre nós brasileiros e latino-americanos como um sonho autoritário que funciona como o fabricante da “mágica” necessária que traria a solução de todos os problemas.

Talvez, esta seja uma argumentação apressada. Um pequeno livro de Paulo Francis — *O Brasil no Mundo* — retomou uma idéia bastante interessante: a nossa formação católica, a nossa visão de mundo pautada pelas regras da Inquisição. O livro citado não avança muito na análise do tema que nos parece essencial (o peso do catolicismo como “fábrica de certezas”) em nosso cotidiano. Pensamos política com cabeça católica e isto tem as suas conseqüências. Tem céu e inferno, anjos bons e maus, opção por ricos ou opção por pobres. Tudo isto é meio caminho andado para pensarmos em um só

verdadeiramente correto, no único verdadeiramente justo, no fogo da fogueira purificadora para os heréticos. Bom assunto, não é mesmo? Passado o susto da argumentação nova, fica outra pergunta. Será que estamos sentenciados ao autoritarismo?

O escritor peruano Mário Vargas Llosa, de fato um homem vacinado contra totalitarismos, em uma entrevista jornalística, afirmou sem meias-palavras que a solução de “neutra miséria” ainda está no desenvolvimento democrático. E isto será possível, segundo Llosa, pois os latino-americanos mantêm o “faro para a liberdade e para o bom senso”.

Cervantes também percebeu isto. O leitor concorda ou permanece em dúvida?

# **Ridendo Castigat Mores**

## **www.jahr.org**

**Versão para eBook**  
**eBooksBrasil.com**

---

Janeiro 2000

© 2.000,2.005 Leonardo Trevisan

Versão para eBookLibris e pdf  
Fevereiro 2005

Proibido todo e qualquer uso comercial.

Se você pagou por esse livro

**VOCÊ FOI ROUBADO!**

Você tem este e muitos outros títulos **GRÁTIS**  
direto na fonte:

[www.ebooksbrasil.com](http://www.ebooksbrasil.com)